



Departamento de Estudos Políticos

Uma abordagem sobre as infâncias nas relações internacionais, no
contexto da guerra civil angolana (1992-2002)

Izidro Samuel Chivala

Dissertação em Ciência Política e Relações Internacionais
Especialização em Relações Internacionais

Lisboa, março de 2023

**Uma abordagem sobre as infâncias nas relações internacionais, no
contexto da guerra civil angolana (1992-2002)**

Izidro Samuel Chivala

Dissertação apresentada para o cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências Políticas e Relações Internacionais na especialidade de Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica do Professor Me. José B. da Purificação Daniel e da professora Dra. Catherine Bernadette Yvonne Moury.

Lisboa, março de 2023

DEDICATÓRIA

À avó Aurora, Emiliana Kapuca pelos seus ensinamentos...

AGRADECIMENTOS

Começo por agradecer a Deus por tudo que tem feito em minha vida, mesmo sem merecer muitas das vezes e por ter os mantidos em vida durante o período da pandemia, período esse que coincidiu com as aulas.

Aos meus familiares, amigos, colegas e a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que esse dissertação fosse uma realidade.

A todo corpo diretivo da Universidade Nova de Lisboa, os professores, dos mais remotos aos mais recentes, com quem tive o prazer de aprender bastante departamento de Estudos Políticos da FCSH pela cortesia nos momentos em que precisei de orientações.

A minha orientadora professora Dra. Catherine Bernadette Yvonne Moury, pelos seus grandes ensinamentos durante as aulas onde pude aprender muito sobre diversos temas e por ter-se disponibilizado em orientar-me mesmo em cima da hora.

Ao professor Herlander Afonso pelo grande impulso que deu para que essa dissertação fosse desenvolvida e concluída.

Ao meu orientador externo, o Professor Me. José B. da Purificação Daniel, com quem tive o privilégio de trabalhar diretamente durante todo o desenvolvimento da dissertação. Por se ter comprometido em abraçar essa tarefa, sua enorme disponibilidade, seus bons conselhos e incansável bom humor, permitiram com que este trabalho pudesse tomar a sua forma final. Estarei sempre grato por tudo.

RESUMO

No presente trabalho de investigação debruça-se sobre a infância, e seu papel no contexto das relações internacionais; em especial, as crianças envolvidas em guerras civis, particularmente a de Angola. Iremos desenvolver sobre o conflito civil angolano, como as crianças eram tratadas durante o conflito, e onde podemos encontrar o lugar de fala das crianças nas Relações Internacionais contextualizando com a Sociologia da Infância.

Em ambientes de conflitos armados, o tempo da infância é suspenso. E no pós-conflito, os processos de desmobilização, desarmamento e reintegração social de Ex crianças remanescentes de guerras civis têm-se mostrados pouco efetivos. Poderemos dar algumas ênfases de como foi esses processos e os impactos que trouxeram nas crianças, durante o nosso trabalho de investigação, traremos também a desenvoltura de conceitos como; a infância, a guerra, a geodemografia de angolana e sobre os impactos da guerra civil angolana.

Metodologicamente, esta investigação baseou-se no método de pesquisa essencialmente exploratória, pois contemplam os aspetos da revisão bibliográfica, descritivo-explicativa e de estudo de caso. O propósito central consistiu em mostrar a criança como agente ativo no contexto das relações internacionais. Nessa perspectiva, foram pesquisados artigos, teses, livros, disponíveis na literatura relativas áreas de SI e RI, bem como e também as resoluções e os relatórios de organismos como a ONU, UNESCO, UNICEF, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial e outros.

Constatou-se que durante a guerra civil de Angola (1992-2002) e pós-conflito, o Estado vem envidando esforços em prol da proteção da criança, através da adoção e ratificação Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CDC), Princípios de Paris.

Apesar de haver um espaço bastante amplo de atuação efetiva das relações internacionais baseada no *Low Politics*, o que se assiste é o predomínio de abordagem focada em Estudos de Segurança Internacional no que cerne o tratamento da questão de crianças-soldado. As peculiaridades locais ou regionais relativas a cultura e legislação ou

costumes influenciam fortemente na interpretação das resoluções, relativando o conceito da infância, e com impacto mais severo para os casos das meninas. Por fim, a precariedade dos dados coletados e registrados e associados a escassez os recursos financeiros e certa resistência da sociedade na aceitação dos remanescentes fazem com que as ações de ressocialização fiquem prejudicados.

Palavras-chave: Infância; Conflitos Armados; Crianças-Soldados; Guerra Civil; Angola; Relações Internacionais.

ABSTRACT

This research work focuses on childhood and its role in the context of international relations; in particular, children involved in civil wars, particularly that in Angola. We will develop the Angolan civil conflict, how children were treated during the conflict, and where we can find the place of children's speech in International Relations, contextualizing it with the Sociology of Childhood.

In environments of armed conflict, childhood time is suspended. And in the post-conflict period, the processes of demobilization, disarmament and social reintegration of ex-children remaining from civil wars have proven to be ineffective. We will be able to give some emphasis on what these processes were like and the impacts they had on children, during our research work, we will also bring the resourcefulness of concepts such as; childhood, war, Angolan geodemography and the impacts of the Angolan civil war.

Methodologically, this investigation was based on an essentially exploratory research method, as it includes aspects of bibliographic review, descriptive-explanatory and case study. The central purpose was to show the child as an active agent in the context of international relations. From this perspective, articles, theses, books available in the literature relating to the areas of IS and IR were researched, as well as resolutions and reports from organizations such as the UN, UNESCO, UNICEF, African Development Bank, World Bank and others.

It was found that during the Angolan civil war (1992-2002) and post-conflict, the State has been making efforts to protect children, through the adoption and ratification of the International Convention on the Rights of the Child (CDC), Principles of Paris.

Despite there being a very broad space for effective action in international relations based on Low Politics, what we are witnessing is the predominance of an approach focused on International Security Studies when it comes to dealing with the issue of child soldiers. Local or regional peculiarities relating to culture and legislation or customs strongly influence the interpretation of resolutions, relating to the concept of childhood, and with a more severe impact in the cases of girls. Finally, the precariousness of the data collected and recorded and associated with the scarcity of financial resources and a certain resistance from society in accepting the remaining data mean that resocialization actions are hampered.

Keywords: Childhood; Armed Conflicts; Child Soldiers; Civil war; Angola; International relations.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	132
CAPÍTULO I - Enquadramento Metodológico	154
1.1 Identificação e Justificação do Tema.....	165
1.1.1 Objetivos.....	209
CAPÍTULO II. Enquadramento Teórico	20
2.1 Conceitos Gerais sobre Guerra	20
2.1.1 Guerra	23
2.1.2 Paz	24
2.2 Pequena descrição sobre infâncias.....	265
2.2.1 No ponto de vista Sociológico.....	298
2.2.2 No ponto de vista das RIs.....	332
RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM PANORAMA DO OLHAR DA DISCIPLINA SOBRE AS CRIANÇAS	333
2.2.3 As crianças enquanto atores das Relações Internacionais	354
2.2.4 Em época de conflito	409
2.2.5 Em época de pós-conflito	464
CAPÍTULO III. Estudo do caso	509
3.1 Aspectos geo-demográficos da República de Angola	509
3.2 Situação Sócioeconômica de Angola e os Desafios na Atualidade	543
3.2.1 A guerra civil angolana e seus efeitos	576
3.2.2 Crianças Soldados – uma abordagem multifacética.....	61
4 CAPÍTULO IV. Evidências empíricas.....	676
4.1 Limitações do cenário dos atores na RI.....	687
4.2 Limitações teóricas-metodológicas sobre o tema das infâncias nas RI.....	709
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
BIBLIOGRAFIAS	787
SITES	909

LISTA DE ABREVIATURAS / SIGLAS

ADDR	Angola Demobilisation and Reintegration
AFBD	African Development Bank
CDC	Convenção sobre Direitos da Criança
CPI	Côrte Penal Internacional
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DDR	Desmobilização, Desarmamento e Reintegração
ECCAS	Economic Community of Central African States
EISA	Electoral Institute for Sustainable Democracy
FNLA	Frente Nacional para a Libertação de Angola
HIV/AIDS	Human Immunodeficiency Virus/ Acquired Immunodeficiency Syndrome
HPV	Human papillomavirus
ICC	Internacional Criminal Court
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MPLA	Movimento Popular para a Libertação da Angola
MRM	Mecanismo de Monitoramento e Relatório
NSSC	Novos Estudos Socais da Criança
OECD	Organisation for Economic Co-operation and Development
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PGA	Parliamentarians for Global Action
PIB	Produto Interno Bruto
RI	Relações Internacionais
SADC	Southern African Development Community
SGNU	Secretariado-Geral das Nações Unidas / United Nations Secretary-General
SI	Sociologia da Infância (S
TEPT	Transtorno de Estresse Pós-Traumático
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNFPA	United Nations Population Fund
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância

UNITA União Nacional para a Independência Total de Angola

LISTA DE TABELAS E ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Evolução da População Urbana de Angola, 1955 – 2020.....	52
Gráfico 2 – Taxa de mortalidade de infantil e de crianças abaixo de 5 anos em Angola, 1950-2022.....	53
Gráfico 3 – Evolução do PIB e do PIB Per Capita de Angola, 1994-2018.....	55
Figura 1 - Repatriação de Refugiados Angolanos.....	44
Figura 2 – Mapa de Angola e as respectivas províncias.....	51
Figura 3 - Fotos de segmentos populacionais impactadas pela guerra civil angolana.....	59
Figura 4 – Vulnerabilidade de mulheres e crianças com a guerra civil angolana.....	60
Tabela 1 - Principais Recursos Minerais de Angola.....	56

APRESENTAÇÃO

A presente investigação versa sobre o panorama geral sobre o fenómeno de crianças-soldado envolvidas direta e indiretamente em dezenas de conflitos armados disseminados no mundo, com particular ênfase para o caso da guerra civil de Angola, no período de 1992 a 2002. A grande discussão se prende a conceção objetiva e também subjetiva atinente à infância, ao direito a proteção da criança, à luz das resoluções internacionais e das leis nacionais; condição sine qua non da cidadania.

A subjetividade de que se trata aqui se prende a orientação da abordagem adotada. A abordagem predominante no âmbito das relações internacionais é a humanitarista, e faz com que os processos de infâncias e de crianças-soldado remetam a dimensão da segurança internacional e da busca pela paz. Esta abordagem está presente nos documentos, relatórios e resoluções de instituições internacionais como a ONU, UNICEF, UNESCO e diversos organismos não-governamentais. Outras abordagens de cunho mais etnocêntricas, antropológicas, sociológicas etc., também são muito relevantes, complementares e “jamais” dicotómicas; mas que, entretanto, são poucos exploradas. Por essas razões, são objetos de exploração “maliciosa” por parte de autoridades políticas de cada país, por alegações culturais e socioeconômicas, por um lado, e também constituem vetores ambivalentes no campo teórico-metodológico, por outro lado.

O facto é que a infância é considerada um fenómeno social, contextualizada no ordenamento social, cultural e jurídico de cada país, sendo assim, levantamos as seguintes inquietações; em que pese a relativização desta em ambiente ou situações de guerras; em que consiste a guerra, os conflitos civis e armados, suas motivações? Do contrário, o que é a paz? E, a vulnerabilidade de segmentos populacionais, como crianças, idosos, a mulher nesta arena!

No caso de Angola, uma das mais importantes economias da África Subsaariana, após a vitória sobre a dominação colonial portuguesa e a proclamação da independência em novembro de 1975, os agrupamentos armados militares e paramilitares com projetos ideológicos antagónicas, desencadearam uma guerra civil fratricida, entre 1992 a 2002. Tratou-se de um período muito triste na história recente angolana (3ª Guerra Angola, segundo Meijer, 2004). As consequências desta guerra foram terríveis, resultando em pobreza, fome, deslocados internos, órfãos, mutilados dívidas públicas e social, e outras eternidades

negativas. Tudo isto, por causa da desconfiança e traições entre os agrupamentos armados da UNITA, MPLA, FNLA. Também fora, grosso modo, uma guerra por procuração, por representar interesses internacionais antagônicas, de um lado a proposta do sistema capitalista contra a proposta marxista-leninista ligada à ex-URSS.

Ao longo desta investigação, observa-se que, apesar de o governo de Angola ter ratificado e acatado vários tratados e resoluções internacionais, tais como a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CDC), os resultados líquidos relativos às crianças soldado, nos pós-conflitos, são inexpressivos. A guerra civil também interrompeu o acesso das crianças à educação, serviços de saúde e outros recursos básicos, e deixou muitas delas órfãs ou separadas de suas famílias.

CAPÍTULO I - Enquadramento Metodológico

A temática constitui uma discussão abrangedora acerca das relações entre a infância e os conflitos armados e o impacto no sistema no que diz respeito ao marco principal que foi a guerra civil angolana que faz uma relação histórica e epistemológica da construção social através do ideal do que é realmente uma infância e de como essa influência no avanço social, trazendo, assim, a participação das relações internacionais, e como essas mesmas influenciaram na guerra civil angolana.

Em termos metodológicos, esta dissertação traz relatos históricos baseados acerca da guerra civil angolana e qual realmente foi o papel dessas crianças durante o período de guerra, pesquisando obras historiográficas e também um arcabouço bibliográfico para podermos dar embaçamento a nossa pesquisa.

Portanto, esta dissertação contemplam três capítulos: o primeiro capítulo apresenta pequena descrição sobre as infâncias, trazendo consigo um conjunto de ideias e esboçando de como pode ter sido essas infâncias durante o período armado, subdivido assim em um ponto que retrata as crianças enquanto atores das relações internacionais. O segundo capítulo aborda os conceitos gerais sobre a guerra, onde iremos esboçar sobre o que realmente foi a guerra, o porque do seu acontecimento e porque perdurou; sendo subdividido em uma parte que traz uma breve abordagem a guerra civil angolana e que seu foco principal consiste em relatar acerca dos 30 anos de conflitos civis em Angola, e como a mesma impactou no crescimento social angolano. E o nosso terceiro e último capítulo aborda acerca das crianças soldados especialmente – caso único de Angola, onde traremos relatos de crianças e como essas crianças que lhes foi tirado sua infância, e seus impactos até o dia de hoje.

1.1 Identificação e Justificação do Tema

O modo de olhar a sociedade varia de pessoa para pessoa, pois alguns tendem a ignorar fatores que são realidades vivenciadas por outras pessoas, e que de certa forma os marcaram. Entretanto, estudar a guerra, e pensar em uma história de batalhas de perdas, e pensar a infância em momento de perdas.

“Em uma das fases mais sensíveis do desenvolvimento bio psíquico humano, suas vidas são interrompidas, suas famílias separadas, seus direitos de frequentar escolas, de brincar nas ruas e parques, de serem cuidadas quando doentes e de manterem sua integridade física, psíquica e sexual são massiva e sistematicamente violados. Durante uma guerra, o tempo da infância é suspenso, pois ser criança é incompatível com os horrores de conflitos armados entre adultos, em sua maioria homens, ainda movidos por uma velha lógica patriarcal de disputa de poder e dominação.” (HARTUNG,2022)

Partindo desse pressuposto a presente dissertação intitulada: Uma abordagem sobre as infâncias nas relações internacionais, no contexto da guerra civil de Angola no período de (1992-2002) nos faz emergir na realidade social, sobre qual foi o impacto que teve a infância durante o período de guerra e como afetou ao sistema mundo, e a propriamente a sociedade angolana, procurando respostas de cunho bibliográfico, para se poder através dos mesmos materiais entender a perspectiva de quem a viveu, qual abrangência tomou até os dias de hoje.

A nível social tem o dever de compreender o desempenho que as crianças tiveram no processo de desarmamento, no caso único de Angola, e a nível pessoal. Angola é um país que passou por um período longo de guerra, durante mais de 30 anos muitas vidas se perderam e, contudo, a infância de uns foi roubada. Em uma sociedade onde se tem guerra as crianças são obrigadas a amadurecer precocemente, infringindo assim o Art. 3º.

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Para entendermos com maior precisão sobre o conceito de guerra, vários autores deram os seus contributos sobre o mesmo, onde vimos que, segundo Clausewitz a guerra

pode ser entendida como uma ação de poder com intuito de coagir o lado oposto a concordar com os nossos desejos. Enquanto Abel Cabral Couto define a guerra como sendo um ato brutal bem preparado entre organizações políticas, onde a intensão ao confronto armado compõe pelo menos uma possibilidade potencial, com finalidades de um limitado fim político, guiadas em oposição aos detentores de poder do rival e se estendendo segundo um jogo contínuo de probabilidades e azares.

Essas três definições nos ajudam a perceber o conceito de guerra como o nível mais elevado de um determinado conflito, gerida pela política tendo o objetivo final a derrota do adversário. Sendo assim, podemos entender que o conceito guerra se torna em um problema quanto ela é convertida em ação.

“Tornou-se claro para mim que manter crianças como crianças, defendendo sua infância, é uma prioridade dos adultos. Ela dá aos adultos - pais ou aqueles que aspiram à paternidade, especialmente - um papel, um dever como protetor moral, uma razão para ser e, sim, uma certa forma de poder” (COOK. 2009)

Uma vez que, a infância é vista como a fase do desenvolvimento da criança, ela é considerada um período de inocência e imaturidade, levando a crianças a certa vulnerabilidade, sem capacidade de criar opinião política e assertivas.

Assim o autor esboça que a infância é um fenômeno social dentro de um ordenamento social, cultural e jurídico, demarcado por categorias como socialização, gênero, classe, etnia/raça e geração. Falar em participação ou em direitos da criança, que também ocorrem dentro de um ordenamento social específico, é dar conta de um processo socialmente construído. Este artigo busca compreender como ocorre a participação social das crianças em um cenário internacional permeado pela globalização, no qual, muitas vezes, as condições de gênero, classe, geração e raça definem modos de participação infantil bastante diversificados. Seu objetivo é analisar como o tema da participação social infantil está presente nos relatórios internacionais organizados pela Unicef nos anos de 2003 e 2009 e da observação de referências sobre a participação infantil no meio internacional, a fim de estabelecer um diálogo entre as Relações Internacionais (RI) e a Sociologia da Infância (SI) (OLIVEIRA et all, KUSS, SESTREM, 2014).

É de suma importância falarmos acerca do impacto da guerra na infância pois a deficiência física, sem contar do quanto prejudica o desenvolvimento psicológico da criança. Portanto, uma infância em contexto de guerra é deveras penosa para a vida, na medida em que a construção social é fortemente influenciada por imagens carregadas de violência, desespero e perturbação com implicações no equilíbrio emocional, mesmo em circunstâncias posteriores, que, associado a outros males decorrentes da guerra, como a pobreza, dá lugar a problemas com repercussão na saúde social. (VIEIRA, 2018).

Tal como o autor bem salientou as crianças são o futuro do amanhã, e com essa frase se traz uma responsabilidade muito grande, pois as mesmas que outrora foram crianças, amanhã serão adolescentes, jovens e que os mesmos vindos de uma infância perturbadora serão jovens que muitas das vezes com seu psicológico afetado, sua saúde prejudicada, entretanto em vez de se criar quadros pensantes estaríamos a regredir.

Pouco se tem falado sobre a realidade da criança no contexto das duas guerras aludidas. Poder-se-ia mesmo falar de uma quase inexistência de matéria científica acerca deste grupo, sem dúvida, o mais martirizado, sendo as informações mais comuns aquelas veiculadas pelos media (reportagens, notícias, entrevistas, crônicas, vídeos, fotografias) e a alguns relatórios de instituições governamentais e internacionais que durante os conflitos e períodos posteriores foram acompanhando os horrores sofrido pela criança.

Em 2000, período derradeiro da guerra civil em Angola, um relatório elaborado pelo Governo, sob o título Relatório de seguimento das metas da cimeira mundial pela infância, que reflete o compromisso do Estado angolano para o melhoramento da situação da criança no âmbito da ratificação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CDC), apresenta uma visão geral da condição do grupo em apreço resultante do conflito civil. Este relatório, cujos dados resultam de um esforço tanto de instituições do governo quanto de organizações não-governamentais, espelha como a guerra contribuíra para a precariedade da criança, seja enquanto indivíduo seja socialmente. São apontados problemas inquietantes como mortandade infantil, saúde infantil deficitária, desfragmentação de lares, deficiência física, traumas psicológicos, conflitos com a lei e uso como soldado. (VIEIRA, 2018).

Entretanto trago um ressalvo, que na qual o surgimento da guerra é uma consequência de uma instabilidade de cunho social, político, económico, e por aí, e o resguardo a infância deve ser feito a partir do surgimento desta instabilidade, deixando assim a infância ser vivida.

1.1.1 Objetivos

A temática está relacionada com as diversas questões que têm vindo a ser debatidas a nível social sobretudo no que toca ao caráter histórico comprometido com os fenómenos relacionados a vivência das crianças como pertencentes a sociedade incluindo assim a instabilidade social. O tema uma abordagem sobre as infâncias nas relações internacionais, no contexto da guerra civil de Angola no período de (1992-2002), nos faz emergir na realidade social é de uma pertinência profunda para a sociedade angolana, e estes textos que iremos apresentar convidam a reflexão, se tivermos em conta de que as crianças foram as mais afetadas pelas guerras, e pelos consequentes problemas de instabilidade sociopolítica.

Assim, o nosso objetivo geral da pesquisa é compreender o papel da infância no contexto da guerra civil angolana. Para sustentar ao nosso objetivo geral estabelecemos dois específicos:

- Entender o papel que as crianças desempenharam durante o processo de paz em Angola.
- Compreender o papel das organizações internacionais na proteção as crianças em situação de guerra.

O cumprimento destes objetivos representou um esforço que nos conduziu a um aprofundamento das teorias relacionadas com o processo a de Angola, que, por sinal, possuem nas mais variadas esferas muitos elementos.

CAPÍTULO II. Enquadramento Teórico

2.1 Conceitos Gerais sobre Guerra

2.1.1 Guerra

A guerra tem sido um dos fenómenos sociais mais importantes que moldam a história mundial e especialmente o mundo moderno. Estudos quantitativos exaustivos realizados por Wimmer e Min1 de 464 guerras travadas nos últimos 200 anos demonstram claramente que a guerra tem sido o gerador mais significativo de mudanças sociais, transformando o mundo pré-moderno de impérios, reinos, confederações tribais e cidades-estado em estados-nação modernos.

Existe uma natureza humana guerreira? As guerras são evitáveis? São um fator de progresso da humanidade? A guerra pode ser travada de forma controlada? É capaz de ser travada sob a orientação de normas morais? Pode haver uma guerra não-cruz? Estas e outras questões podem ser consideradas sem prejuízo do facto de a guerra já não ser entendida como aquilo que realmente é: uma calamidade, pelo menos no que diz respeito às consequências mais imediatas das suas ações.

O que é a guerra? Tal resposta não pode referir-se e culminar na simples definição de "confrontação armada" entre duas ou mais partes ou no conhecido critério negativo de que "a guerra é a ausência de paz".

Definições deste tipo nada dizem, por exemplo, sobre todas as disposições psicológicas, sociológicas, éticas, políticas e legais; não dão uma ideia real da racionalidade que os opositores empregam para se derrotar uns aos outros; nada dizem sobre a magnitude dos danos de todos os tipos que a guerra causa; nada dizem sobre como a guerra intervém no curso da história ou na disposição humana para a fazer; e, além disso, nada dizem sobre o trágico destino que a guerra implica na existência humana.

GUERRA COMO EXERCÍCIO DE VIOLÊNCIA NA POLÍTICA (o propósito imediato da guerra é derrubar o adversário e assim incapacitá-lo a oferecer mais resistência:

"a guerra é (...) um ato de força para impor a nossa vontade ao adversário" (Karl Von Clausewits)) "A guerra é a mera continuação da política por outros meios" (Karl Von Clausewits)¹ "A guerra é a mera continuação da política por outros meios".

Maquiavel em 'O Príncipe' descreve e sugere tudo o que o governante, neste caso o Príncipe, deve fazer para se manter no poder ou aumentar o poder que já tem.

UMA DEFINIÇÃO DE GUERRA, Várias definições [22] de guerra concordam com os seguintes pontos: (i) a guerra enquanto tal é uma luta armada e portanto violenta; (ii) é entre duas nações [23] ou dois partidos da mesma nação; (iii) há uma diversidade de guerras de acordo com a intensidade da luta e a origem dos combatentes; iv) o conceito de guerra tem outros significados, um dos quais se refere a atividades muito afastadas da guerra, por exemplo, competições comerciais, que fazem da guerra uma comédia, e outros muito próximos da guerra, como o conflito, que por vezes substitui o conceito de guerra, criando confusão a este respeito na medida em que tende a apresentar a agressividade da guerra como inócua, atenuando assim a magnitude da tragédia. Em suma, contudo, são os pontos (i) e (ii) que são os mais importantes a serem esclarecidos.

- 1.-É um ato humano, no mais simples e puro dos seus significados.
- 2.-A guerra é, acima de tudo, um ato social.
- 3.-O seu objetivo está associado à manutenção ou ao reconhecimento do poder. A guerra é parte da atividade política na sua prática mais extrema e violenta.
- 4.-As guerras são manifestações de seres humanos organizados.
- 5.-A guerra supõe a possibilidade de um confronto armado entre grupos humanos, manifestado nos dispositivos que utilizam para enfrentar a ameaça.
- 6.- Como um confronto de facto, é um ato violento e, portanto, destrutivo.
- 7.- Como todas as ações humanas, a guerra contém o seu paradoxo: tem uma componente racional e irracional.

¹ WAR AS ARMED CONfrontation (Karl Von Clausewits no seu livro 'On War') livro 'On War')

- 8.- A guerra, enquanto tal, gera um elevado grau de mobilidade social.
- 9.- O tempo não é uma variável de importância categórica mas não é de modo algum negligenciável.
- 10.- A guerra é, em termos antropológicos, uma tragédia (Sánchez, 2004).

Recordamos e salientamos, sem sermos exaustivos nesta ocasião, que da sociologia e mesmo de toda a bibliografia sociológica, podemos destacar abordagens que se cruzam e são sustentadas por autores como Karl Marx, Marx Webber, Emile Durkheim, Gaetano Pareto Mosca, Charles Tilly, etc., para nos conduzir a uma catálise que poderia ser resumida em quatro perspectivas sociológicas dominantes: culturalismo, sociobiologia, economismo e materialismo organizacional (Maleševic, 2015)².

A guerra é um confronto de grupos de carácter destrutivo. Implica necessariamente exibições resolutas da capacidade de usar a força; quando tal confrontação não existe de facto, implica a possibilidade de confrontação armada, manifestada nos dispositivos que tomam para enfrentar a sua ameaça. Como confronto "de facto", é um ato violento e portanto destrutivo; o seu objetivo está associado à manutenção ou ao reconhecimento do poder. Isto implica que são manifestações de seres humanos organizados. É um evento que gera elevada mobilidade social. Como todas as ações humanas, a guerra contém um paradoxo: tem uma componente racional e irracional, e o tempo da sua duração não é uma variável de importância categórica, embora não seja uma variável insignificante. Dada a elevada suscetibilidade dos seres humanos para iniciar e sustentar guerras - ou seja, para viver em guerra - e a grande destruição e angústia que geram, temos de considerar que a guerra para os seres humanos corresponde a uma tragédia na sua existência. (Sánchez, 2004).

² Siniša Maleševic, *La guerra y la teoría sociológica** en Prohistoria vol.23 Rosario jun. 2015. Disponível: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-95042015000100001

2.1.2 Paz

O conceito de paz tende a ser usado cada vez mais no mundo como um conceito conjuntural com o qual se acerta o fim de um conflito armado, um conceito estrutural, ligado à cultura, inerente ao ser humano, suas relações e seu meio ambiente. Pode ser definido com múltiplas características e elos diversos vínculos, uma vez que é plural, relativo, polissêmico e dinâmico; além disso, é polêmico, porque é nutrido de “pazes” e não de “paz”.

Da perspectiva de Diego Ariel Hernández, um psicólogo e experiente no assunto, uma vez que ele é originalmente de uma latitude como a Colômbia, podemos encontrar uma taxonomia da paz como sugerido na imagem abaixo.



Figura 1. Definiciones de paz. Muñoz (2004).

Ciudad Paz-ando, Bogotá. Enero - Julio 2019. Vol 12.1, 78-88

Porque a guerra e a violência não são justificadas nem pela ciência nem pelo determinismo genético da evolução. Os seres humanos têm a capacidade de se adaptar, de aprender e de construir. Através da linguagem, eles podem atuar e transformar. É no diálogo que é possível romper com discursos dogmáticos, fundamentalistas e intransigentes; a paz

não pode ser forjada onde não há lugar para todos. Propor a paz como paradigma, a educação para a paz, abre a possibilidade de desaprender, desconstruir e dismantelar a cultura da violência. Com base na história contada na perspectiva da paz, ela é relida, construída, reelaborada e decide-se reforçar os valores que são inatos no ser humano, que humanizam e produzem proximidade. Este é o modelo sócio crítico de educação para a paz, proposto por Jares (1992), um processo educativo, dinâmico, contínuo e permanente que reconhece o conflito como positivo e torna possível a mudança (Jiménez, 2011), cultivando a paz pessoal que transfigura o social e muda a sociedade de uma forma criativa. Resultam em educação para os direitos, solidariedade, resolução pacífica de conflitos, mediação, respeito pelo ambiente, não-violência, desobediência civil, pacifismo e resistência. É pensar a paz a partir da paz, olhar a criatividade, o potencial do humano e a sua complexidade, que só podem ser analisados através da transdisciplinaridade e da interculturalidade. (Hernández, 2019).

2.2 Pequena descrição sobre infâncias

“Já se sabe que as guerras e conflitos trazem imenso sofrimento as crianças: a perda do lar, de familiares, a necessidade de viver em campos de refugiados, a má alimentação e a violência a que muitas são submetidas. Que infância podem ter essas crianças” (CICV, 2019), esse é o questionamento que o comitê internacional da cruz vermelha levanta acerca infância em tempos de conflitos.

Onde ainda o mesmo comitê levanta outro adindo no que concerne a educação onde o mesmo diz CIVC, 2019. O conflito dificulta o acesso a educação onde milhares de crianças ficam fora das escolas. Uma geração é perdida enquanto desaparecem as oportunidades que abririam seus horizontes, uma educação comprometida hoje significa menos chances de futuros empregos, que permitiriam que essas crianças não ficassem presas em trabalhos pouco qualificados. Já não há possibilidades de terem uma infância normal repleta de brincadeiras, estabilidade e rotina. A destruição de escolas que são mais de apenas quatro paredes onde os alunos recebem educação, também acabou com o esforço onde muitas crianças iniciavam amizades duradouras.

Como já sobressaltou o comitê internacional da cruz vermelha é de suma importância que a criança tenha uma infância afastada de conflitos para que ela crie relações além de interpessoais, crie vínculos e pense e arquitete um futuro, tendo acesso a educação, não apenas conflitos armados, mas também o fator da mesma se encontrar em uma sociedade estável, onde a prioridade seja na educação nos pertencentes das mesmas. Pois muitos entendem a criança como um participante, mas na verdade ele é um dos grandes protagonistas como diz essa passagem:

“Nas Ciências Sociais em geral, têm-se aprofundado, também nas últimas décadas, nos estudos de gênero e infância. Nesse sentido, um ponto importante sobre os estudos na área da infância é o aparecimento de uma nova abordagem, a Sociologia da Infância (SI), que enxerga a infância como uma construção social, na medida em que acontece dentro de um ordenamento social, cultural e jurídico demarcado por categorias como socialização, gênero, classe, cultura e geração. Ao mesmo tempo, essa abordagem vê na criança um protagonista,

e não um mero objeto do que acontece em sociedade.” (OLIVEIRA et all, KUSS, SESTREM, 2014).

Nas últimas décadas, tem-se falado cada vez mais em uma proeminência das questões internacionais no cotidiano da sociedade. Apesar de fatos e decisões de alguns países, bem como sua cultura e seus problemas, influenciarem outros lugares do mundo desde o início da expansão do comércio, a partir da segunda metade do século XX, vê-se um grande aumento das Relações Internacionais e dos debates no plano internacional³. Somados a isso, a globalização do comércio e o aumento do fluxo de informações, pessoas e produtos ao redor do mundo contribuíram para a expansão da disciplina de Relações Internacionais (RI).

Nas Ciências Sociais em geral, têm-se aprofundado, também nas últimas décadas, nos estudos de gênero e infância. Nesse sentido, um ponto importante sobre os estudos na área da infância é o aparecimento de uma nova abordagem, a Sociologia da Infância (SI), que enxerga a infância como uma construção social, na medida em que acontece dentro de um ordenamento social, cultural e jurídico demarcado por categorias como socialização, gênero, classe, cultura e geração. Ao mesmo tempo, essa abordagem vê na criança um protagonista, e não um mero objeto do que acontece em sociedade.

Considerando isso, aliado ao surgimento de estudos, Organizações Internacionais Intergovernamentais (OI's) e ONG's internacionais que lidam com o tema infância, além da percepção de uma maior participação das crianças nas questões e no meio internacional, vê-se a necessidade de correlacionar as RI e a SI para uma abordagem que busque na criança um protagonista do cenário internacional, que sofre as consequências e atua nos fatos internacionais.

O cenário para o desenvolvimento da SI pode ser explicado por diversos fatores associados à questão da infância, no final do século XX, como a crise social da infância

³ No Sistema Internacional, em que acontecem as relações internacionais, podem ser identifica dos diversos atores internacionais que definem o perfil e as transformações desse ambiente e são influenciados por ele. Até o século XX, os Estados se mantêm praticamente sozinhos como atores das relações internacionais, quando começam a surgir as Organizações Internacionais Intergovernamentais (como a ONU) e as Forças Transnacionais (como as ONG's internacionais, as Companhias Transnacionais e a opinião pública internacional. O surgimento desses novos atores gera debates acerca do grau de influência que eles têm no cenário internacional e sobre o aumento da interdependência entre os diversos fatos internacionais (Os atores internacionais. In: Pecequilo, Cristina Soreanu. *Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004).

(exclusão, pobreza, migração, guerra e violências que afetavam, e ainda afetam, o *status* social da infância e das crianças no mundo contemporâneo), além de outros, como a exposição midiática das crianças; os perfis de criança consumidora; as políticas demográficas; a institucionalização dos direitos das crianças e sua crescente participação na esfera pública; as mudanças políticas e econômicas no papel do Estado, que resultaram nas transformações dos padrões familiares do final do século XX, etc.

Diante dessas questões, a SI, por meio do conceito de “culturas infantis”⁴, tem contribuído para a construção teórica e metodológica da infância no mundo contemporâneo, sobretudo em seu “berço” europeu, com estudos pioneiros na França, Inglaterra e Portugal.

Já as RI, enquanto disciplina, debatem, desde a década de 1970, a eminência de novos atores no cenário internacional, que vão além do Estado, e de novos temas que não sejam os tradicionais, como a paz e a guerra. Os chamados novos atores englobam as OI’s, os movimentos internacionais, as mídias, as corporações multinacionais, os grupos terroristas, entre outros, e geram divergências nas mais diversas abordagens da disciplina quanto à relevância de seu papel no cenário internacional.

Para Sato (2005, p. 2), a emergência nas RI de temas como meio ambiente, gênero, conflitos étnico-religiosos, etc. suprime, pós Guerra-Fria, a divisão entre *high politics* (questões relativas à segurança e à sobrevivência dos Estados) e *low politics* (questões sociais e econômicas), que passaram a ser mais integradas com os novos temas. A emergência de novos temas, sobretudo no que se refere a temas mais próximos das *low politics*, trazem o espaço para que seja válido no âmbito das RI um estudo que mire a participação das crianças, sobretudo através de OI’s e ONG’s internacionais, da mídia e de movimentos sociais, no cenário internacional.

Assim, este artigo busca compreender como ocorre a participação social das crianças em um cenário internacional permeado pela globalização, no qual, muitas vezes, as condições de gênero, classe, cultura/etnias e geração definem modos de participação infantil bastante diversificados.

⁴ Conceito utilizado para caracterizar “um conjunto estável de actividades ou rotinas, artefactos, valores e idéias que as crianças produzem e partilham em interacção com seus pares” (Sarmiento, 2004, p. 373).

O objetivo deste artigo é analisar como o tema da participação social infantil tem sido tratado nos relatórios internacionais organizados pela Unicef, em especial nos anos de 2003 e 2009, bem como por meio de informações sobre a participação infantil no meio internacional e fatos internacionais que se refiram às crianças.

A metodologia embasa-se na pesquisa bibliográfica nas áreas de SI e RI e no levantamento de relatórios internacionais pesquisados nos sites da Unicef. Na primeira parte deste artigo, apresenta-se uma revisão teórica da SI; na segunda, discute-se um panorama das RI sobre a participação infantil; e, por fim, faz-se uma análise dos relatórios da Unicef⁵.

2.2.1 No ponto de vista Sociológico

SOCIOLOGIA DA INFANCIA: NOVOS OLHARES SOBRE A INFANCIA

O processo complexo de produção de saberes e representações sobre a(s) infância(s) e as crianças deve-se, em grande parte, aos estudos sociológicos sobre a infância desenvolvidos, nas duas últimas décadas do século XX, em alguns países como EUA, Portugal, França e Inglaterra (Sarmiento; Pinto, 1997; Gaitán, 2006; Postman, 1999). A partir de então, o olhar sociológico sobre as infâncias mudou radicalmente com a institucionalização do campo da Sociologia da Infância (SI). O desenvolvimento teórico-empírico da SI está ligado ao movimento do “retorno do ator”⁶ Nas Ciências Sociais, desenvolvido nas décadas de 1960-1970, graças à influência do interacionismo simbólico, da etnometodologia e da Escola de Frankfurt. O sociólogo francês Alan Prout (2004) aponta que o surgimento das primeiras pesquisas em SI ocorreu com o desenvolvimento da Sociologia Integracionista norte-americana, cuja noção de retorno do ator foi decisiva para marcar o reencontro da criança e da infância no discurso e no campo sociológico. Todavia, foi nas décadas de 1980/1990 – décadas de grande avanço também nas legislações internacionais acerca dos direitos da criança e do adolescente como sujeitos de direitos – que houve maior

⁵ O Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) foi escolhido porque é o órgão do sistema ONU que lida com o tema da infância, e seus relatórios internacionais são fontes importantes para as análises da situação mundial da infância

⁶ Para a compreensão do movimento do “retorno do ator” e das mudanças paradigmáticas efetuadas nas décadas de 1960 e 1970 acerca do caráter ativo do indivíduo, consultar as obras de Alan Touraine. *O retorno do ator*. Paris: Fayard, 1984; *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2006.

desenvolvimento da SI. Graças aos estudos do estruturalismo e do construtivismo social. O revisionismo proposto por esses estudos repousava prioritariamente sobre dois conceitos essenciais da sociologia: socialização e geração. Como assinala Prout (2004), as primeiras pesquisas da sociologia internacionalista norte-americana ainda privilegiavam o tema da socialização infantil, tomando as crianças como objetos passivos de sua socialização e não como atores sociais propriamente ditos. Para se ter uma ideia do alcance desse revisionismo, destacar-se-á aqui a principal crítica da SI em relação ao tema da socialização infantil.

Conhecer a trajetória histórica dos comportamentos e das formas de ser e de pensar sobre a (s) criança (s) possibilita desconstruir a ideia de uma natureza ou essência infantil idealizada e universal, tão difundidas pela pedagogia e filosofia do século XIX, ciências com as quais a sociologia da educação, e principalmente Emile Durkheim, tinham um grande comprometimento. Ora, essas ciências elaboram um discurso monopolizador sobre a infância, desde, pelo menos, o século XVIII, como propunha o discurso iluminista e seu projeto racionalista que dominava o debate pedagógico acerca das teorias da competência e os discursos sobre a socialização, o cuidado e a educação das crianças.

A própria sociologia tinha uma compreensão equivocada do processo de socialização infantil e não considerava que as crianças pudessem ter uma participação social relevante ou significativa para a sociedade, ou seja, as crianças não tinham nada a dizer ou com o que colaborar com sua sociedade. A tradição sociológica, que remonta aos estudos de Durkheim (2002, p. 21)⁷, entendia que a socialização das crianças ocorria de modo passivo e por imitação do estilo de vida dos adultos, ou seja, ela era entendida apenas como um processo de integração entre as gerações, caracterizado, de um lado, pela ação dos adultos e das instituições sociais sobre as crianças e, de outro, pela apropriação desse processo pela ação passiva das crianças.

A SI vem justamente problematizar essa visão adultocêntrica da socialização, na tentativa de superar a ideia de passividade infantil. Em decorrência, questiona a institucionalização como condição-chave para que a criança se socialize, principalmente em

⁷ Na obra *Educação e sociedade*, que reúne os principais ensaios de Durkheim sobre o tema, este fala dos humores das crianças em sua discussão sobre o entroncamento da educação e da moral, que resulta nos três elementos principais da educação moral das crianças e/ou, das novas gerações – o espírito de disciplina, o espírito de abnegação e o espírito de autonomia (Durkheim, 2002, p. 21)

relação ao papel hierárquico e autoritário das instituições como a família e a escola. Sem a pretensão de ser exaustivo nessa discussão, aponta-se que a SI lançou novas abordagens sobre a socialização infantil. Isso não significa que a SI tenha abandonado a teoria da socialização, ao contrário, ela foi reinterpretada à luz das discussões que recuperam a capacidade de agência e controle da criança durante sua socialização e como isso pode influenciar na própria sociedade.

O interesse da SI está, antes de mais nada, no estudo da própria sociedade por intermédio do entendimento da infância como categoria geracional, ou seja, a infância é uma categoria explicativa da sociedade justamente porque ela se insere na trama das relações entre as gerações. Em outro trabalho, Sarmiento (2005, p. 18) reafirma que o sentido da SI reside na compreensão da sociedade a partir do fenômeno social da infância, isto é, ao observar a infância como categoria geracional, a SI colabora na superação da própria sociologia como ciência “adultocêntrica”,

Desatenta ao universo infantil e às crianças como sujeitos ativos, cujos pontos de vista eram ignorados ou secundarizados nas pesquisas. Antes consideradas como simples apêndice da sociedade dos adultos, a SI trouxe a preocupação de pensar as crianças como interlocutoras centrais nas pesquisas sociológicas, e a infância, como uma construção social do tipo geracional, cujos contextos e problemas levam à compreensão de diferentes infâncias vividas por diferentes crianças.

Assim, a sociologia descobriu novas maneiras de pensar as infâncias e as crianças, graças aos debates ocorridos em vários congressos europeus que ajudaram na criação da rede de estudos “Criança e Sociedade”, além de várias obras e revistas científicas, entre elas a de Chris Jenks, *The Sociology of Childhood: essential readings*, publicada sem muito alarde em 1982 e reeditada com sucesso em 1992. Nessa reedição o autor comenta o sucesso de sua obra ao dizer que alguma coisa mudou em relação “à nossa percepção coletiva da infância durante aquela década” (Jenks *apud* Christensen; Allison, 2005, p. 58).

E mudou mesmo. Desde 1990, diversos cientistas sociais têm-se ocupado com o tema da infância, a partir de novos paradigmas, reinventando olhares e meto ideologias próprias, que convém investigar, a fim de avaliar os alcances e limites dessas novas leituras sobre a

infância para que se possa compreender o papel da (s) criança (s) e da (s) infância (s) na sociedade atual.

O que praticamente todos (as) os (as) autores (as) da SI, em suas mais diversas correntes, querem transmitir é que seus objetivos é conhecer o mundo infantil por intermédio do que as crianças têm para mostrar e ensinar e que, para isso, é preciso ouvi-las e tratá-las como atores sociais capazes de construir seu próprio mundo, de acordo com o modo como estruturam e são estruturadas pelas condições de classe social, raça/etnia, gênero e geração à qual pertencem. Desse modo, é unívoco afirmar que a SI procura libertar a ideia de infância das perspectivas biologicamente que tendem a interpretar as crianças como indivíduos pré-sociais que se desenvolvem independentemente do contexto onde vivem.

E é exatamente nesse ponto que se cruzam os interesses teóricos e empíricos da SI e das RI, uma vez que é possível construir o diálogo dessas áreas a partir do mesmo objetivo aqui discutido. Diante disso, Régine Sirota (2001), colabora para esse debate com a realização de um balanço das principais contribuições da SI a partir da seguinte síntese:

- ✓ A criança é uma construção social. A infância é compreendida como uma construção social.
- ✓ As crianças devem ser consideradas como atores em sentido pleno e não simplesmente como seres em devir.
- ✓ As crianças são ao mesmo tempo produtos e atores dos processos sociais. Trata-se de inverter a proposição clássica, não de discutir sobre o que produzem a escola, a família ou o Estado, mas de indagar sobre o que a criança cria na intersecção de suas instâncias de socialização. [...]
- ✓ A infância é uma variável da análise sociológica que se deve considerar em sentido pleno articulando-a às variáveis clássicas como a classe social, o gênero, ou o pertencimento étnico.

É por tudo isso que, para pensar a infância hoje, torna-se necessário um olhar cada vez mais interdisciplinar e é neste sentido que um diálogo com os estudos das RI torna-se tão útil. Se esse campo ainda não dialoga com a infância e as crianças como a sociologia tem feito, no sentido de construir categorias ou teorias de análise, ao menos é possível perceber como os relatórios, os documentos de organizações internacionais e as análises de fatos

internacionais têm tratado o tema. Em outras palavras, quer-se investigar como eles têm chamado a atenção para a participação das crianças nos cenários onde estão localizadas, como têm interpretado a participação social infantil, se predomina uma cultura “adultocêntrica” que ainda trata as crianças e o universo infantil apenas como o mundo dos “não adultos” e, ainda, se é possível perceber a incorporação nos relatórios internacionais das discussões teóricas mais recentes sobre o papel da infância e da participação infantil.

2.2.2 No ponto de vista das RIs

RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM PANORAMA DO OLHAR DA DISCIPLINA SOBRE AS CRIANÇAS

A disciplina de Relações Internacionais (RI) ainda é considerada muito jovem. Data do início do século XX e tem seu marco com a publicação do livro de E. H. Carr, *Vinte anos de crise: 1919-1939. Uma introdução ao estudo das relações internacionais*, no período entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais. Até o final do século XX, as RI consideravam como os chamados “atores internacionais” aqueles que influenciam e sofrem influência dos “fatos internacionais”; ou seja, somente os Estados. Com a crescente participação das Organizações Internacionais Intergovernamentais (OI’s), das Organizações Não Governamentais Internacionais (ONG’s), dos Movimentos Sociais internacionais e das Corporações Multinacionais no “Cenário Internacional”, diversos autores das RI’s passaram a considerar também estes como atores internacionais, e, portanto, suas relações passaram a ser abarcadas pelos estudos das RI (Pecequilo, 2004).

Apesar disso, a discussão acerca dos atores das RI’s ainda não foi encerrada, e hoje, a partir da crescente interação entre os indivíduos de diversos Estados e sua participação como “opinião pública internacional”, questiona-se (cogita-se) a participação de indivíduo como ator internacional, que sofre e influencia os fatos do cenário internacional.

Os principais temas das RI’s também passam por um intenso debate, já que, a princípio, a disciplina investigava apenas relações que envolviam o chamado *hard power* e as *high politics* (questões de segurança nacional, poder militar, etc.) e hoje investiga também as questões relativas ao que se chama de *soft power* e *low politics* (questões de cultura, ideologia, diplomacia, de gênero, meio ambiente, etc.) É nesse último debate que se insere a

discussão sobre o papel das crianças nas relações internacionais, ou seja, como elas participam dos fatos internacionais onde estão presentes.

Nas RI's, os temas de *high politics* ou de *hard power* sempre estiveram à frente dos principais assuntos, e isso fez com que, quase sempre, as RI's relegassem à um segundo plano temas que concernem, por exemplo, aos direitos humanos, ao meio ambiente, às mulheres e àqueles relacionados à infância. Apesar disso, as crianças sofrem e influenciam, de certa forma, aquilo que acontece no cenário internacional e são alvo também das ações dos atores que nele atuam, como no caso das guerras ou dos estudos no nível internacional (com ONG's, OI's ou movimentos sociais que procuram dar ênfase às crianças). É pelo fato de a criança (apesar dos avanços ocorridos no Direito Internacional a favor de seus direitos e da maior visibilidade alcançada) ser deixada de lado pelas RI's que os tópicos a seguir – acerca do contexto histórico e dos fatos internacionais – procuram dar maior ênfase ao questionamento: onde podem ser encontradas as crianças nas Relações Internacionais?

2.2.3 As crianças enquanto atores das Relações Internacionais

Os direitos humanos, especialmente os direitos da criança, são frequentemente violados em situações de conflito armado (MACHEL, 1996; ONYANGO, 1998, ONU, 2000). A falta de acesso a recursos básicos, como luz e água, a vida em condição de pobreza extrema, a exposição a minas terrestres, a precariedade das estruturas de saúde e educação, dentre outras consequências das guerras, constituem graves violações dos direitos humanos às quais as crianças são especialmente vulneráveis (CONSTANZA *apud* FRAGA, 2006; ONU, 2000) por estarem, como preconizado pela Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), em um período peculiar do desenvolvimento humano e precisarem de atenção e cuidados especiais (ONU, 1989). A CDC é o tratado internacional de direitos humanos mais ratificados da história da ONU e assegura que todas as crianças, sem qualquer tipo de discriminação, devem ter garantido o acesso aos seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais (ONU, 1989). Na CDC estão estabelecidos os direitos fundamentais das crianças à provisão, à proteção e à participação.

Os direitos humanos, especialmente os direitos da criança, são frequentemente violados em situações de conflito armado (MACHEL, 1996; ONYANGO, 1998, ONU, 2000). A falta de acesso a recursos básicos, como luz e água, a vida em condição de pobreza extrema, a exposição a minas terrestres, a precariedade das estruturas de saúde e educação, dentre outras consequências das guerras, constituem graves violações dos direitos humanos às quais as crianças são especialmente vulneráveis (CONSTANZA *apud* FRAGA, 2006; ONU, 2000) por estarem, como preconizado pela Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), em um período peculiar do desenvolvimento humano e precisarem de atenção e cuidados especiais (ONU, 1989). A CDC é o tratado internacional de direitos humanos mais ratificados da história da ONU e assegura que todas as crianças, sem qualquer tipo de discriminação, devem ter garantido o acesso aos seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais (ONU, 1989). No CD Cestão estabelecidos os direitos fundamentais das crianças à provisão, à proteção e à participação.

Quanto as agências das crianças, para entendermos onde se encontram as crianças nas RI's, vimos que, a infância quando atreladas às Relações Internacionais enquanto disciplina, normalmente é vinculado aos estudos feministas e da relação mulher - mãe. Assim limitando

o entendimento das singularidades de cada jovem com suas respectivas vivências, culturas, vulnerabilidades e presença no sistema internacional. Quanto também evidencia o pensamento patriarcal da função da mulher enquanto mãe perante a criança, a limitação da mulher ao filho e a designação dentro da divisão sexual do trabalho. Ao se falar sobre infância somente nas temáticas feministas, atrelamos automaticamente o cuidado e a compreensão da criança somente a mulher, e não apresentamos aos outros campos e categorias necessárias.

O comum é ver imagens de crianças-soldados carregando armas e as associando a agentes perigosos por terem acessos a armas de fogo e a estarem submetidas a uma construção teórica e prática vinda das forças armadas, realizando crimes humanitários. Eles não são os culpados, são vítimas dos sistemas instaurados, pela construção histórica cultural de seus países, pela construção internacional de dependências econômicas, políticas, militares, e sociais e pelas lutas de poder entre hegemonias as quais geram guerras, baseados em uma construção capitalista com uma base política na necropolítica. (BEYERSDORF, 2023).

Fatos Internacionais Caracterizado Pela Participação Infantil

A criança nunca foi o centro da agenda das RI's. Apesar de os fatos internacionais muitas vezes terem crianças envolvidas, pela participação ativa ou passiva, há grande dificuldade de encontrar estudos no sentido de desvendar qual a forma de participação das crianças nos fatos internacionais. No entanto, a revisão de literatura efetuada para este artigo aponta para três cenários de participação infantil:

(1) As crianças e os conflitos talvez sejam o tema mais presente entre as RI's e a infância. Diante de conflitos, as crianças são afetadas e, por vezes, participam ativamente deles, como no caso das crianças-soldado⁸, que geralmente são obrigadas a participar deles e, quando não acabam mortas, ficam traumatizadas. Uma das maneiras de participação das crianças nas guerras acontece quando elas se tornam órfãs, pois seus pais são vítimas Plou vão à guerra. Outras vezes, essas crianças se tornam também refugiadas, em países desconhecidos⁹. Sofrer as consequências dos conflitos é a forma mais comum de participação, das quais se pode identificar uma forma passiva em que as crianças não participam ativamente das decisões que envolvem os conflitos. Nos conflitos que envolvem o estado de Israel e a Palestina, tem-se ainda o caso de crianças que são “processadas nas cortes militares israelenses depois de presas, interrogadas e detidas”, segundo relatório do DCI-Palestina (*Defense for Children International*), ao mostrar que, por ano, cerca de 700 crianças da Cisjordânia são processadas nas cortes militares israelenses¹⁰.

⁸ Exemplo atual da participação de crianças-soldado pode ser visto no conflito separatista entre Sudão e Sudão do Sul: Green, Andrew. *Como devolver a infância às crianças-soldado*. Dispo nível em: <<http://envolverde.com.br/noticias/como-devolver-a-infancia-as-criancas-soldado/>>. Acesso em: 01/05/2012 e também nos protestos de 2011 contra o governo do Iemen: Kamaldien, Yazeed. *Crianças aprisionadas no coração do levante*. Disponível em: <<http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/criancas-aprisionadas-no-coracao-do-levante-2/>>. Acesso em: 01/05/2012

⁹ Mais informações sobre crianças refugiadas e a adoção internacional podem ser encontradas no artigo: “A excepcionalidade da adoção internacional”, de Rebeca Marchesoni Salles Oliveira, apresentado como trabalho de conclusão de curso da autora, na Universidade do Vale do Itajaí, no segundo semestre de 2011.

¹⁰ Hartmann, Arturo. *Oriente Médio: infância entre grades*: Disponível em: <<http://ponto.outraspalavras.net/2011/10/25/infancia-entre-grades-criancas-palestinas-sao-alvo-de-tortura-detencoes-ilegais-em-israel/>>. Acesso em: 26/10/2011.

(2) A adoção internacional é outro fato internacional que conta com a participação passiva de crianças, além do sequestro internacional de crianças e do tráfico infantil internacional¹¹, nos quais as crianças, geralmente de países subdesenvolvidos, são enviadas a países desenvolvidos, trocadas como mercadorias, muitas vezes para trabalhar quase de forma escrava. Também os divórcios em famílias compostas por pais e mães de nacionalidades diferentes trazem consequências diretas na vida de crianças, as quais frequentemente sofrem uma disputa entre as famílias por sua guarda, diante da Justiça internacional¹².

(3) Também é possível perceber a emergência de um crescente veículo de informações e participação das crianças no cenário internacional com as organizações internacionais que se especializam em causas a favor das crianças. Nesse sentido, destacam-se os trabalhos da *Save the Children*, que foi apontada por um *ranking* publicado pelo *Global Journal* como a 18ª entre as 100 melhores ONG's do mundo. Outro destaque é a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), além de ONG's ainda pouco comentadas popularmente, como a *Defence for Children International*, a *Friends International* e a *Free the Children*. A *Defence for Children* possui membros associados em 30 países e mais de 30 anos de luta pela defesa dos direitos da criança¹³. Já a *Friends International* foi criada em 1994 e se dedica a projetos voltados à assistência de crianças e jovens de rua, órfãos, migrantes, dependentes químicos e profissionais do sexo, hoje no sudoeste asiático e em Honduras, México e Egito¹⁴. Talvez a organização que mais chame a atenção seja a *Free the Children*, pois é composta por crianças que acreditam ter o poder de afetar positivamente o

¹¹ Algumas outras informações sobre o tráfico internacional de menores em: Deutsche Welle. *Tráfico de crianças é problema global*. Disponível em: <<http://www.dw.de/dw/article/0,,1036172,00.html>>. Acesso em: 23/03/2012.

¹² Caso de grande repercussão nesse sentido foi o do menino Sean Goldman. Ver: *Caso Sean Goldman: garoto fala pela 1ª vez à TV nos EUA*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/caso-sean-goldman-garoto-fala-pela-1a-vez-a-tv-americana>>. Acesso em: 01/05/2012. A Convenção da Haia sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças traz os aspectos e as normas internacionais que regulam essa questão e pode ser encontrada em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3413.htm>. Acesso em: 23/03/2012

¹³ The DCI Movement. Disponível em: <<http://www.defenceforchildren.org/about-us.html>>. Acesso em: 30/04/2012

¹⁴ The Global Journal. *Friends international*. Disponível em: <<http://theglobaljournal.net/article/view/557/>>. Acesso em: 30/04/2012.

mundo, não se limitando a uma participação passiva, mas atuando por meio de uma participação ativa e consciente. Essa organização foi fundada em 1995 por um menino de 12 anos e hoje é um movimento que conta com mais de 1 milhão de crianças, de 45 países, no combate à pobreza e à exploração¹⁵.

Ainda no âmbito das organizações internacionais, pode-se enxergar uma maior abertura diante da participação das crianças em conferências, como a RIO 92¹⁶, o III Congresso Mundial sobre os Direitos das Crianças e Adolescentes, ocorrido em Barcelona, no ano de 2007, no qual a participação efetiva das crianças está implícita na elaboração do documento “Declaração de Barcelona”. Havia, em Barcelona, um Fórum de adultos e um de crianças, que seguiam as temáticas: pobreza, saúde, educação, trabalho, violência e exploração. Diante desses trabalhos, apresentaram-se a produção de um retrato da situação infantil e a Declaração de Barcelona. Participaram do Congresso 300 crianças (Rei, 2006, p. 8). Outro exemplo recente é a “Agenda da Infância 2012-2015”, um documento apresentado pela ONG *Save the Children* ao governo da Espanha, que seria eleito pouco tempo depois do lançamento da proposta, e também aos partidos políticos, deputados e outras instituições governamentais da Espanha. Esse documento tem como objetivo renovar o compromisso do governo espanhol com os direitos das crianças, considerando-as seres humanos do presente, com direito a ter voz e participar das decisões que as afetam¹⁶.

Também são as organizações e os estudos internacionais sobre a infância que costumam a dar maior atenção aos condicionamentos de raça, gênero, geração, etc., como se pode ver nos relatórios e declarações internacionais publicados nesses âmbitos. Resumidamente, pode-se perceber que o protagonismo infantil é muito enfatizado nos documentos e fatos internacionais aqui apontados que discutem o tema da participação social infantil a partir dos contextos locais onde as crianças estão inseridas, em especial das situações de violação de seus direitos, porém os fatos internacionais não dão visibilidade para

¹⁵ The Global Journal. *Free the children*. Disponível em: <<http://theglobaljournal.net/article/view/564/>>. Acesso em: 30/04/2012.

¹⁶ Na Rio 92, Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, pro movida em 1992, a menina Severn Suzuki, de 12 anos, da Organização das Crianças em Defesa do Meio Ambiente, falou aos representantes dos Estados, em um discurso que impressionou o mundo. Nobrega, Camila. *Severn Suzuki, a menina que calou o mundo na Rio 92*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio20/severn-suzuki-menina-que-calou-mundo-na-rio-92-4638046>>. Acesso em: 01/05/2012.

as discussões teóricas, que serão observadas nos relatórios da Unicef, que se dedicou a esse tema nos anos de 2003 e 2009.

2.2.4 Em época de conflito

Os fatos apresentados nas subseções acima remetem ao ambiente de extrema complexidade, cujas abordagens implicam a necessidade de exploração transversal e multifacética e multidisciplinar; às quais, no campo de ciências humanas e sociais, fazem presentes direito (direitos civis, humanitários e humanos), a sociologia, a educação, o direito internacional, a psicologia (pós-traumática, muitas vezes irreversíveis por ocasião de reinserção na sociedade), a economia e finanças, Organização Internacional do Trabalho – OIT (no que tange ao trabalho infantil) e políticas públicas.

No campo das Relações Internacionais propriamente dito, embora haja inúmeros estudos e protocolos internacionais sobre a questão criança soldado, sublinha-se que, paradoxalmente, segundo Oliveira et al (2013)¹⁷, *a criança nunca esteve no centro das preocupações nas Relações Internacionais*. De alguma forma, a observação feita pelos autores *Op. Cit.*, também encontraram ressonância em Paiva (2020), segundo o qual, o que tem presidido as RI's sobre a questão das crianças-soldado não tem passado de mera “construção de narrativas dominante e alternativa” estabelecidas em prol de determinados interesses, sem no entanto representar “a efetiva proteção da criança”.

Por outro lado, de acordo com Paiva et al. (2019), o reconhecimento de crianças soldados como parte e agentes ativos das RI's passa obrigatoriamente pela abordagem nos *Estudos de Segurança Internacional*, de modo que estas possam “expressar opiniões e participar de negociações de paz e da reconstrução de sociedades pós-guerra”. Portanto, para estes autores:

¹⁷ Ana Cláudia Delfini C. de Oliveira, Laís Caroline Kuss e Jardel Sestrem Ana Cláudia Delfini C. de Oliveira, Laís Caroline Kuss e Jardel Sestrem . Sociologia da Infância e relações internacionais: diálogos possíveis, Plural 20.1. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.20.1, 2013, pp.57-82

“Nesse sentido, elas seriam não apenas as vítimas dos conflitos armados, mas também atores capazes de interferir nas discussões políticas sobre paz e conflitos, expondo as contradições dos discursos que os adultos produzem sobre as crianças. Ou seja, as crianças não são meros objetos passivos de caridade e salvação internacional, mas sujeitos de direitos e agentes construtores de suas realidades.” (Paiva, 2019, p. 56).

Observa-se que, na prática, a despeito da possibilidade de as RI's atuarem a partir do escopo Soft Power e Low Politics (conforme descrito na subseção 4.2.2), são as iniciativas protagonizadas pelas ONG's e organizações de civis, que tem sido mais efetivas em favor da proteção dos direitos das crianças e a infância no mundo. São casos de *Save the Children*; *The Romeo Dallaire Child Soldier Initiative*; *Watchlist on Children and Armed Conflict* e *Child Soldiers International*, *Child Rights International Network*, *World Vision International*, *Believe in Children Barnardo's* e *Plan International*. Ao dissertar sobre os protagonismos dessas organizações, Paiva et. A. (2019); Paiva (2020) constataram que em nenhuma das iniciativas faz menção a “Crianças e Conflitos Armados e tampouco no emprego de crianças-soldado”. E complementa afirmando que “Algumas outras organizações como a *Terre des Home* chegam a mencionar o emprego de crianças-soldado como um fator que gera preocupação, mas não produzem relatórios específicos sobre o tema, somente citando-o de forma pontual”.

Mas não se pode minimizar, entretanto, o papel das organizações multilaterais nesse processo, tais como a ONU, por meio da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança, o Banco Mundial, a Unicef e a Unesco. A partir de 1996, por exemplo, a Assembleia Geral das Nações Unidas instou a comunidade internacional a mudar a postura comportamental dos países face ao enfrentamento da tragédia envolvendo crianças soldados. Ou seja, a substituição da postura contemplativa para a postura motivada em ações concretas (Guerra et al, 2019). Duas das iniciativas relevantes foram o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados, adotado em Nova York em 25 de maio de 2000 – que entrou em vigor em 2002 e já foi assinado por mais de 150 países - e a adoção da Resolução 1379 (SGNU, 2001) e com base nelas, em 2017, “66 grupos armados ou forças armadas presentes em 14 países foram denunciados e acusados hde violências graves cometidas contra crianças”. Com efeito, estes grupos e/ou os

respectivos países passaram a temer possíveis sanções internacionais, além de serem obrigados a apresentar um plano de ação devidamente elaborado contendo “cronogramas” de medidas concretas no âmbito do Direito Internacional e afetos a proteção da criança e da infância; uma condição *sine qua non* a exclusão destes da lista “vermelha”.

Como não bastasse, em 2005, “a Resolução 1612 do Conselho de Segurança da ONU estabeleceu o Mecanismo de Monitoramento e Relatório (MRM)”, o qual solicitou que todos os setores de segurança e atores civis se atentem às seis violações graves aos direitos da criança: mutilação e assassinato; recrutamento por grupos armados; ataques a escolas e hospitais infantis; estupro e violência sexual; sequestro; e negação de acesso humanitário (Guerra et al, 2019).

Conforme aludido no começo deste capítulo, a complexidade das abordagens atinentes ao recrutamento, os traumas e posterior processo de reintegração social, económica e política das crianças e jovens remanescentes nos respetivos países, inclusive os deslocados e refugiados. Isto levou a Organização Internacional do Trabalho – OIT a “deliberar” em 1999, a Convenção nº 182, que trata e caracteriza o recrutamento de crianças menores de 18 anos como umas das Piores Formas de Trabalho Infantil. Além desta iniciativa da OTI, em 2014, a UNICEF apoiou o Secretariado Especial da ONU no lançamento da campanha “Crianças, Não Soldados”, que de acordo com Paiva et al (2019)¹⁸, teve como motivação e objetivo “gerar impulso, vontade política e apoio internacional para dar fim ao recrutamento de crianças pelas forças de segurança nacionais em situações de conflito”.

No caso específico de Angola, a guerra civil de 1992-2002 devastou e deixou ipotente uma nação com potencial para crescer e proporcionar um estado de bem estar à sua população conforme era vista, essa guerra acarretou resultados devastadores, sendo designada assim, como a “terceira guerra angolana”, conforme o relatado a baixo por Meijer (2004).

“The ‘third Angolan war’ was even more brutal than its predecessors. Whole cities were reduced to ruins, hundreds of thousands of people were killed or died from war-related

¹⁸ Dentro do sistema da ONU, o UNICEF é responsável pela reintegração de ex-crianças soldado, sendo sua primeira prioridade prepará-los para retornar à vida civil. Suporte psicossocial, educação e/ou treinamento são aspectos importantes dos programas de reintegração. Tentar reunir as crianças com suas famílias e comunidades também é essencial, contudo os esforços de sensibilização e reconciliação são às vezes necessários antes que uma criança seja devolvida ao seu lar”.

deprivation and disease, and millions were displaced, some for the second or even the third time. Extended talks in Lusaka finally resulted in another peace agreement, the Lusaka Protocol, signed in October 1994, but even then the war was not over. Despite international sanctions against UNITA's supply networks, Savimbi was reluctant to surrender the military option. After four years of neither peace nor war, the war erupted again with full ferocity in December 1998. The Angolan government, on paper a 'government of national unity and reconciliation' in which some UNITA dissident politicians participated under MPLA domination, pursued an offensive that culminated in the assassination of Jonas Savimbi in February 2002. On 4 April 2002, the Luena Memorandum marked the end of four decades of war and the ultimate defeat of UNITA. In October 2002, UNITA declared itself a fully disarmed and democratic political party and UN sanctions against it were lifted. Peace has characterized mainland Angola since April 2002, but in Cabinda, the enclave between the two Congo republics which accounts for sixty per cent of Angola's oil production, a war has continued unabated. The government has tried to replicate the strategy of scorched earth and starvation that had proved successful against UNITA. Many Cabindans nevertheless still support the rival movements demanding independence. The Angolan government, determined to preserve major economic assets, could never offer more than some form of provincial autonomy for the enclave. In October 2002, a major offensive against the Liberation Front of the Enclave of Cabinda (FLEC) led to serious accusations of human rights abuses. Towards the end of 2003, after some FLEC defeats and defections, the Luanda government signalled that it was prepared to talk peace or even consider a referendum. So far, however, the silencing of the guns in mainland Angola has not reached Cabinda and the conflict remains unresolved. Peace in Angola remains incomplete. The physical and psychological scars of war are still evident. The democratic deficit has not been remedied. The regime is still marked by its predatory history" (Meijer, 2004)

Figura 1- Repatriação de Refugiados Angolanos



Fonte: UNHCR (2007)¹⁹

De acordo com Médicos Sem Fronteira, foi necessário criar-se uma zona cinzenta para “acolher” milhares pessoas provenientes de zonas inacessíveis. Foram 2,5 milhões de deslocados internos, com destaques para as províncias de Luanda, Benguela, Lunda Norte, Huambo e Kwanza Sul, que foram as mais afetadas (Porto et al., 2007)²⁰.

Ainda segundo este autor, ao longo da guerra civil e principalmente, no pós-conflito, o governo angolano enfrentou o triplo desafio de desmobilização, desarmamento e reintegração dos ex-combatentes das forças regulares e da oposição, o que reforça a complexidade do processo, particularmente a de crianças soldados, que constitui o objeto desta pesquisa.

Pela Declaração e Programas de Ação de Viena, à luz da A/RES/54/263 de 25 de maio de 2000, “a colaboração internacional precisa trabalhar com o governo para ajudar na reintegração psicossocial de crianças soldados como vítimas de conflito” (Escritório de Direitos Humanos das Nações Unidas do Alto Comissariado, 2002). Não obstante, o processo de reintegração aplicado no direito internacional e na formulação de políticas raramente estão

¹⁹ Disponível em <https://www.unhcr.org/news/latest/2007/3/4607b7d24/repatriation-angola-officially-ends-410000-refugees-home.html>

²⁰ Source: Porto, J. Gomes; Parsons, I; Alden, C. (2007). From Soldiers to Citizens – Social, Economic and Political Reintegration of Unita ex-combatants. In: <https://www.files.ethz.ch/isn/117817/MONO130FULL.pdf>

alinhados a realidade das ex-crianças-soldado, posto que se baseia em modelos cujas estruturas não reconhecem a especificidade deste grupo-focal, sua procedência, bem como o comportamento e orientação psicossocial de cada criança enquanto indivíduo. Isto não é uma particularidade de Angola. Também foram constatados em vários países mergulhados em conflitos civis, a exemplo, Ruanda. (Drumbl, 2012)

Uma das explicações prováveis para a ineficiência em políticas dos governos de países em conflitos civis relativas o emprego de crianças como soldados, diz respeito a interpretação por parte destes governos do “artigo 38 da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança (CDC), que faz menção a crianças afetadas pelo conflito, mas não explicita claramente crianças-soldado”; daí a controvérsia na sua aplicabilidade, diz Bedin (2020), que conclui: “O contexto das crianças-soldado está diretamente ligado à queda dos Estados, uma vez que os direitos das crianças não podem ser garantidos onde há conflitos étnicos, como é o caso da África.” Soma-se a estas particularidades, as deficiências da lei da criança adotada pelo governo de Angola em 2012, já no âmbito do pós-conflito, que de acordo com OHCHR (2018)²¹, “a falha em registrar e documentar a existência legal de uma criança impedia o gozo dos direitos humanos da criança. Em 2014, no entanto, apenas 25% das crianças menores de cinco anos haviam sido registradas e 49% das crianças entre cinco e 14 anos de idade”.

²¹ Source: <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2018/05/committee-rights-child-considers-reports-angola>

2.2.5 Em época de pós-conflito²²

Desde que Angola adotou o protocolo DD&R (desmobilização, desarmamento e reintegração) o processo de sua implementação passou por várias etapas de aprimoramento e assemelhando-se de modelos ocidentais, com vistas a corrigir os aspetos que inviabilizavam a sua eficácia. Segundo Bedin (2020),

“Na última década, as atividades de segurança adaptaram os determinantes micro (fatores baseados na comunidade local) e macro (resiliência da paz), que se concentram em uma abordagem focada no ambiente mais realista. A percepção da evolução numa perspectiva pós-conflito mostra-se uma assunção crescente entre os especialistas em segurança, que remodelam as estruturas de segurança em apoio aos atores do desenvolvimento. Também traz uma nova estrutura como a justiça de transição, que tem como foco uma base intersectorial mais abrangente e colaborativa e estratégias focadas. Além disso, confere credibilidade à realidade de base, diferente da primeira geração que buscava na promoção ampla e genérica da estabilidade nacional. É possível perceber que Angola DDR se concentrou mais na estrutura do primeiro contexto, que traz a paz em um conceito amplo mas esqueceu vários problemas de base como meninas soldado. (Bedin, 2020)²³:

De fato, a ineficácia das ações institucionais no pós-guerra civil relativas a crianças-soldado provocou onda de protesto por parte destas, que se sentiram excluídas de qualquer assistência durante a desmobilização. Pelo menos foi o que registraram Ferreira e Liebenberg (2006)²⁴, que também relataram casos em que muitos daquelas crianças-soldado (sobreviventes) regressaram para casas de seus respectivos familiares - desprovidos de infraestruturas básicas; e outras ainda “iam para as cidades a procura de trabalhos ou para instituições de ensinos para prosseguir os seus estudos e as suas condições de vida eram bastante precárias”.

²² “Angola also faces the challenge of reintegrating more than 100,000 former UNITA combatants (FMU) and 33,000 FAA ex-combatants (not to mention an estimated 160,000 former soldiers from two prior DD&R processes) back into society. Even though the government views the emergency phase experienced in the aftermath of the war as largely over, the considerable task of assisting the social, economic, and political reintegration of these different groups remains an urgent priority. Roughly a third of Angola’s population (approximately 3.9 million people) had resettled and returned by August 2004 (including displaced civilians, refugees, demobilized soldiers and their families), while 308,758 were still displaced”. (Porto et al, 2007)

²³ <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1501198/FULLTEXT01.pdf>

²⁴ Ferreira, R., Liebenberg, I. The impact of war on Angola and South Africa: two southern African case studies; 2006, *Journal for Contemporary History*, Vol 31(3): 42-73

As constatações de Bedin, Ferreira e Liebenberg, *Op.Cit.*, também já haviam sido “denunciados por McMullin, em 2011²⁵. Para este autor, a exclusão das crianças do processo de reintegração em Angola, no pós-conflito civil, tem um caráter proposital, pois a fim de evitar eu seja malvisto como violador do processo CCR, o governo angolano optou por tratar as crianças enfileirados no seu exército como sendo meros dependentes dos combatentes; ou seja, foram classificados não como combatentes. Desta forma, as crianças-soldado eram simplesmente excluídas dos benefícios formais de reintegração. Portanto, para além da “má interpretação do Angola’s DDR programmes, a natureza de discurso²⁶ sobre a vulnerabilidade e de ações adequadas à especificidade de cada criança e associado ao local concorreram para o fracasso geral na reintegração de crianças-soldado e produziu maior marginalização de crianças pós-conflito.

Outro ponto relevante apontado pelo McMullin, refere ao desvio de finalidade, de forma dolosa, conforme texto a seguir:

“Second, the child protection regime and its discourse have elevated some principles and priorities of child protection (separation of children from adults, the special vulnerability of children, bans on cash assistance for underage fighters, and a strategic focus on the prevention of future recruitment or re-recruitment of children) over, and at the expense of,

²⁵ “The recent experience in Angola demonstrate that young fighters were not adequately or effectively assisted after war ended in 2002. The government’s framework excluded children from accessing formal disarmament, demobilization and reintegration (DDR) programmes, its subsequent attempts to target children have largely failed”. “During post-conflict disarmament, demobilization and reintegration (DDR) the special vulnerability, needs and rights of children are increasingly emphasized. The Convention on the Rights of children (CRC, which entered into force in 1990, establishes the ‘best interests of the child’ as the overarching framework for any actions taken that affect children, and entitles children to psychological recovery and social reintegration in ‘an environment which fosters the health, self-respect and dig nit of the child’. “More recently, the UN’s Integrated Disarmament, Demobilisation, and Reintegration Standards (IDDRS) encourage specialized child protection agencies (e.g. UNICEF) to ensure inclusive and age-appropriate interventions for children.4 These prescriptions are echoed in the literature on child soldiers, which elevates the consideration of children’s reintegration needs as distinct from those of adults, who are asserted to be too often the focus of DDR programming” (McMullin, 2011)

²⁶ “Discourse on child soldiers, in Angola and elsewhere, is particularly arbitrary in its embrace and application of the age threshold of 18. There are big differences in the contexts into which children reintegrate. The category of ‘children’ is not monolithic; rather, it covers very different ages, developmental stages, sexual and gender identities, and distinctions of class and educational and economic attainment. Some child soldiers do not know their age, and many ‘children’ have children of their own. The MDRP official interviewed for this article said of those aged 15–18 across the MDRP countries: ‘They’re absolutely not children. They don’t want to go back to school. There’s a problem of definition with child soldiers (McMullin, 2011)

others, such as a child's right to participate in decisions about, and exercise agency over, his or her reintegration. Finally, child reintegration programmes are content to reintegrate children back into lives of basic poverty and political marginalization, reinforcing and replicating pre-war institutions and structures that contributed to conflict in the first place.”

As ações de reintegração também foram prejudicadas pelo atraso na liberação de recursos financeiros vinculados por parte do Banco Mundial para atender ADDR - Angola Demobilisation and Reintegration, como parte de seu Programa Multinacional de Desmobilização e Reintegração (MDRP), bem como a subestimação do quantitativo de ex-combatentes que deveriam ser beneficiados no processo de reintegração; isto, sem considerar que os planos não contemplavam os combatentes menores de idade e os respectivos familiares. Posteriormente as autoridades revisaram todos os programas²⁷, posto que, o Banco Mundial condicionava o seu apoio ao ADRP à profunda reforma macroeconômica, maior transparência em relação à gestão das finanças públicas, a redução do tamanho da FAA e uma contribuição substancial do governo para financiar o ADRP.

Por outro aspecto colateral resultante da ineficiência na implementação do CRC e DDR de crianças-soldado remanescentes no pós-conflito é que em comunidades pobres e dominadas por tráfico de entorpecentes, estas crianças acabam sendo aceitas e integradas aos serviços do crime organizado (tráfico de drogas, armas, de gentes, contrabandos diversos e outros eventos delituosos). Nessa perspectiva, a força dos discursos²⁸ adotados sua

²⁷ the extent of their involvement has been difficult to quantify. The Coalition to Stop the Use of Child Soldiers estimates that the different fighting forces abducted 30 000 girls during the conflict, and that 16 000 under-18s were in the forces of the government and UNITA by 2002. Government estimates vary but are consistently lower than this figure of 16 000.” (McMullin, 2011)

²⁸ “The discourse on child soldiers also universalizes and essentializes a mythical child soldiering experience, presenting a post-conflict ‘template child’ who is traumatized, vulnerable and irreparably scarred by the negative experience of war. But children are not the simple projection of their soldiering identity. The child rights regime, in embracing totalizing narratives of child soldiering, employs a dehumanizing rhetoric of conflict, one that discounts the richness and complexity of children’s lives in poor, conflict-ridden societies compared against the richer, more complete, fulfilling and idealized childhoods in the West. Soldiering affects but does not determine children and youth. War is not simply destructive for children but also transformational, just as it is for adults. Soldiering in Angola, contrary to discourse on child soldiers, did not irreparably freeze youth in conflict time, nor did it exclusively define children during war, which had periods of high and low intensity over 27 years. Rather, habitus and youth spatiality’s played a salient role—issues of space, interaction, culture and time all led to new relational identities that affected each individual’s political, economic and social reintegration. In contrast, the discourse on child soldiers attaches fixed and natural differences between those under and over 18” (McMullin, 2011).

implementação na realidade concreta acaba por minimizar os impactos traumáticos na psique das crianças-soldado, inclusive para o seu meio de convívio social e familiar. Por fim, ainda em relação aos traumas pós-conflitos, conforme Guerra et al (2019), as crianças soldado sobreviventes carecem de suportes institucionais no âmbito de políticas públicas para superarem todas as formas de abusos sexuais – com o sem filhos de forma prematura, ou ainda como mulher ou amantes de seus comandantes; carecem de programas para tratamento da depressão e dos impulsos violentos adquiridos durante a vivência nos combates. Ademais, os estereótipos depreciativos atribuídos a ex-crianças soldado inibem-nas a galgar espaços e oportunidades na sociedade, seja quando se propõem a retornar à escola, seja em eventos culturais, políticos ou econômicos.

“Por terem perdido sua infância e adolescência como soldados, uma grande percentagem deles quer voltar a estudar e ter um emprego que não é relacionado com a guerra, conflitos ou violência. Contudo essa reintegração na sociedade não é fácil. Diversas pessoas têm preconceito contra crianças que foram soldados, de modo que aconselham seus filhos a não conviver com elas. Desse modo, Ex crianças soldado precisam de um acompanhamento psicólogo de inserção na sociedade após desmobilizados.” (Guerra et al, 2019).

Por fim, segundo Haer & Ross (2019), a demonização e constrangimento dos perpetradores de uso de crianças em conflitos armados, sanção infratores e o uso de instrumentos jurídicos para punição dos infratores, constituem três respostas efetivas implementadas pela comunidade internacional, sobretudo por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para combate dessa prática (vide Resolução 1662, 1882, 1998, 2068, 2225)²⁹.

²⁹“(…) the United Nations Security Council in its Annual Report on Children in Armed Conflicts (Resolution 1662; 1882; 1998; 2068; 2225). In these reports, offenders are called out for their use of children in combat. In order to be removed from the lists, these groups must develop an action plan on how they intend to end the recruitment of children, as well as how they plan for their release and reintegration. For example, in 2009, the UN entered into an action plan with the Maoists in Nepal, who subsequently released 3000 minors.” (Haer; Ross, 2019)

CAPÍTULO III. Estudo do caso

A guerra civil em Angola, assim como as experiências inúmeras guerras civis desencadeadas no mundo, trouxe impactos profundos para a sociedade e para o desenvolvimento socioeconómico angolano, e para a África austral, tendo em vista a relevância de República Popular de Angola no contexto geoestratégicos. Este capítulo apresenta a contextualização do país-objeto desta pesquisa, bem como as abordagens sobre a guerra civil e seus reflexos sobre as crianças soldados.

3.1 Aspetos geo-demográficos da República de Angola³⁰

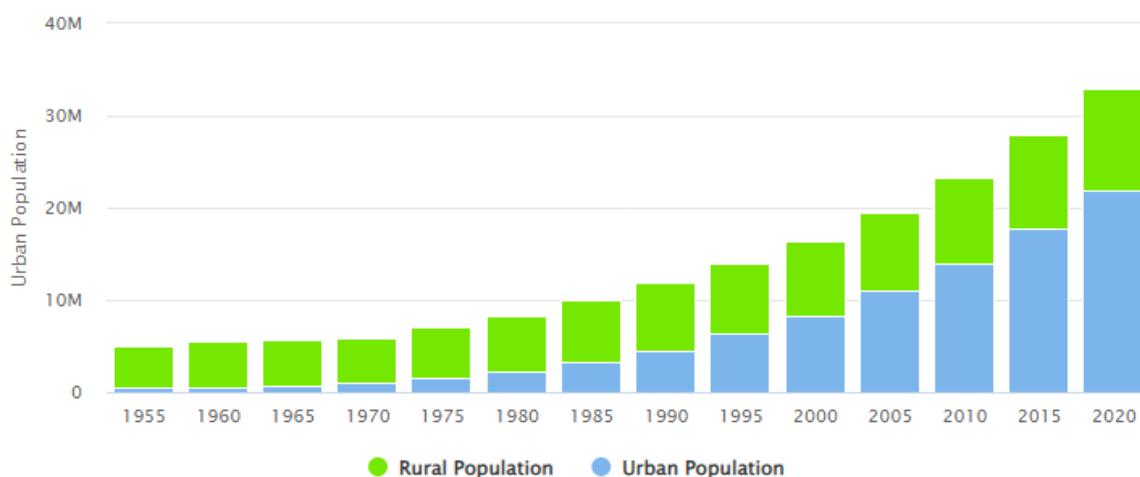
A República de Angola é um país africano do hemisfério sul, localizado na costa ocidental da África Austral (vide figura 2, abaixo). Com 1.246.700 km² de extensão territorial, Angola é o sexto maior país da África, sendo delimitado a norte e a nordeste pela República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico. O território também inclui o enclave de Cabinda, que faz fronteira norte com a República do Congo. Ao todo, a República de Angola está dividida em 18 províncias, sendo a de Luanda estabelecida como a capital da república. Cada uma das províncias está subdividida em municípios, e estes por sua vez estão subdividido em bairros.

³⁰ Source: <https://www.embangola.at/dados.php?ref=sobre-angola> e <https://www.consuladogeralangola-uk.org/wp/angola/>

com mais de 8,3 milhões de pessoas, Luanda é maior cidade do país, seguindo-se as cidades de Lubango (828.248), Cabinda (777.697), Benguela (715.130), Malange (665.150), Cuíto (535.407), Uíge (510.631) e Lobito (46.631).

Desde a independência em 1975 e a de peito do flamigerado período de guerra civil que perdurou até 2002, a República de Angola vem passando por transformações no tecido urbano (ver gráfico 1). Considerando apenas o período de análise desta dissertação, 1992 – 2002, na década de 1990, a população urbana correspondia a 38% (4,52 milhões de pessoas) e a rural 62% (com 7,33 milhões de pessoas).

Gráfico 1 - Evolução da População Urbana de Angola, 1955 – 2020



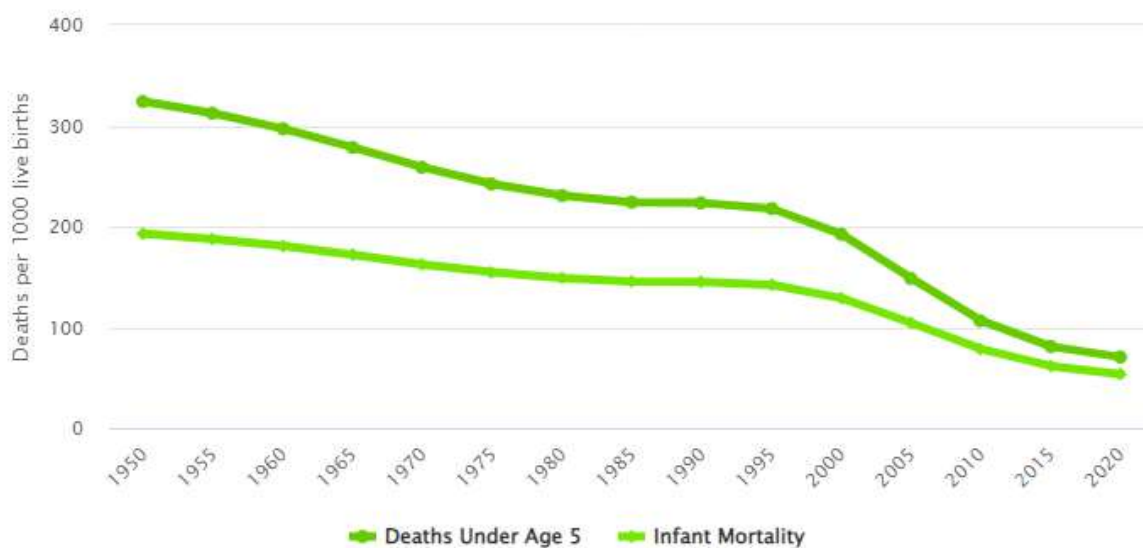
Já em 2000, tanto a população rural quanto a urbana representavam 50% cada; ou seja, um recuo de 12% da população do campo rural. Dez anos depois, em 2010, 60% da população angolana já se tornaram urbana, chegando a 67% em 2020 (mais de 21,93 milhões de pessoas). Apesar da rápida transformação e crescimento da população urbana, outros indicadores relevantes e associados ao desenvolvimento equânimes ainda precisam ser melhorados. O índice de desenvolvimento humano - IDH, que computa as variáveis longevidade, grau de escolaridade e a renda per-capita, é considerado baixo, com 0,581 em 2019. Durante o período da guerra civil, o IDH³³ de Angola era de 0,391; extremamente baixo (WorldBank, 2020). De igual modo, o índice de Gini – que mede o grau de concentração de riqueza de uma sociedade, em 2018 foi de 51,3; tendo recuado 0,7 em relação ao registrado em 2000

³³ Source: <https://countryeconomy.com/hdi/angola>

(52,0). Em termos da equidade social, de acordo com Worldbank (2021), Angola está num patamar muito baixa (18,6%).

A perspetiva de crescimento da população angolana é reflexo muito mais da elevada taxa de fertilidade do que melhorias dos indicadores da qualidade de vida. Com efeito, na década de 1990, a média de filhos por mulher era de 7,4 e atualmente situa-se em 5,6 filhos por mulher (UNFPA, 2023). Da independência até a atualidade, a expectativa de vida do povo angolano aumentou pouco mais de 20 anos, passando de 39 anos para 62,2 anos. Hoje em dia, o homem angolano vive, em média, 58 anos e a mulher angolana passa dos 65 anos. Nas últimas sete décadas, Angola vem registrando redução substancial na taxa de mortalidade infantil, bem como a mortalidade de crianças abaixo de cinco anos, conforme se observa no gráfico 2. Atualmente são registrados 53,4 mortes por 1000 nascimentos com vida, e 70,3 mortes de crianças abaixo de 5 anos por 1000.

Gráfico 2 – Taxa de mortalidade de infantil e de crianças abaixo de 5 anos em Angola, 1950-2022



3.2 Situação Socioeconómica de Angola e os Desafios na Atualidade

O sistema de governo angolano é república, multipartidário, em que o chefe de estado e do governo é o presidente. A sua economia possui um sistema econômico controlado diretamente pelo governo central, interferindo no processo de produção e distribuição de bens e serviços. Angola também é membro da Comunidade Económica dos Estados da África Central³⁴ – ECCAS e da Comunidade intergovernamental para o desenvolvimento da África Austral³⁵ -SADC³⁶. Observando o gráfico 3, o crescimento do produto interno bruto³⁷ angolano cresceu 156% entre 1994 e 2017, com a média anual de 6,52%. Nesse mesmo período, a média de crescimento da renda per capita foi de 3,52%.

³⁴ Sobre ECCAS, a sua origem e trajetória, acesse a homepage: <https://au.int/en/recs/eccas>

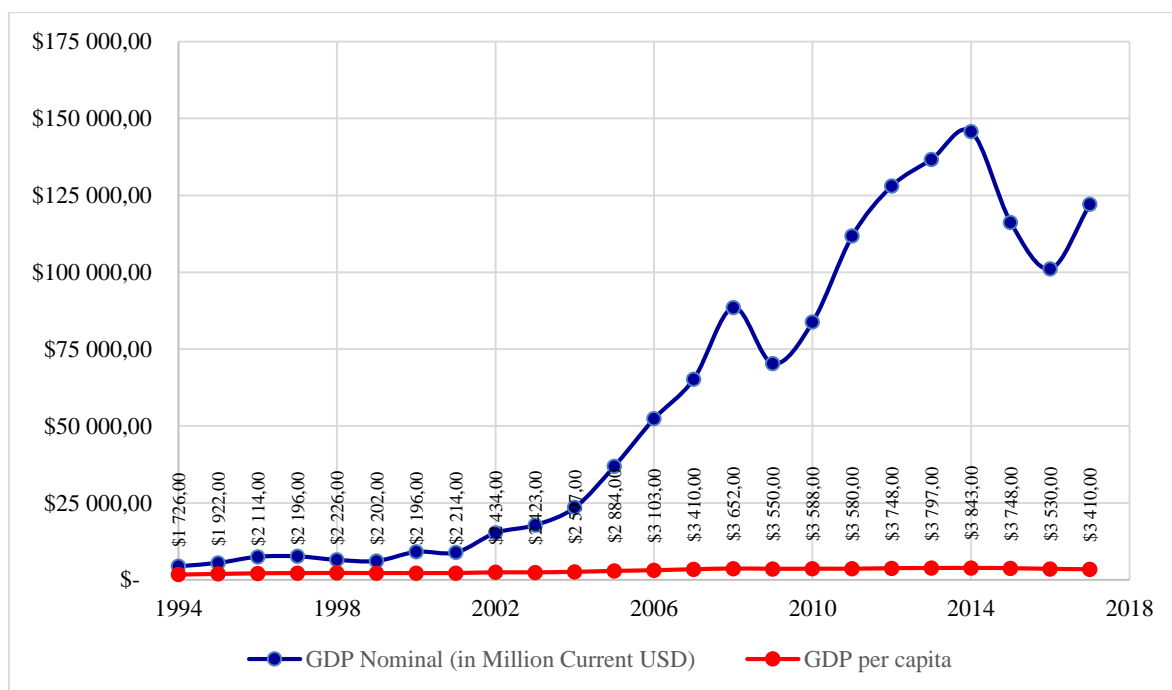
³⁵ Sobre SADC, sua origem e trajetória, acesse a homepage: <https://www.sadc.int/>

³⁶ Source: <https://globaledge.msu.edu/countries/angola> “Funded in part by the U.S. Department of Education Title VI B grant, globalEDGE delivers a comprehensive research tool for academics, students and businesspeople. Connect with over 47,000 people using the gE Network while tapping into a directory of over 5000 quality resources. globalEDGE provides tools and resources to efficiently research nearly any international business question you may have.” Created by the International Business Center and the Eli Broad College of Business at Michigan State University (IBC), globalEDGE™ is a knowledge web-portal that connects international business professionals worldwide to a wealth of information, insights, and learning resources on global business activities. Partially funded by a U.S. Department of Education Title VI B grant (CIBE program), globalEDGE™ is your source for global business knowledge. To learn more about the history and content of globalEDGE, please visit our [history](#) page.

globalEDGE™ offers a wide range of information and knowledge. Partnership opportunities are available for businesses and other organizations interested in international business. The contents of this website were developed under a grant from the Department of Education. However, those contents do not necessarily represent the policy of the Department of Education, and you should not assume endorsement by the Federal Government.

³⁷ Source: World Bank - World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data

Gráfico 3 – Evolução do PIB e do PIB Per-Capita de Angola, 1994-2018



Fonte: World Bank (2021) & OECD (2022)

As quedas dos ritmos de crescimentos registrados entre 2008-2010 e 2014-2016, se devem principalmente a grandes crises econômicas globais, especialmente, a crise financeira que assolou os Estados Unidos das Américas em 2008³⁸ e posteriormente, a crise de 2014³⁹, quando o preço internacional do barril do petróleo caiu 50%, afetando principalmente as economias dependentes fortemente exportadoras desta commodity, como a Venezuela e Angola. Recentemente, a economia angolana cresceu 0,7% em 2021⁴⁰, bem abaixo dos 5,4%

³⁸ “A crise financeira iniciada em 2007, causada pela perda de valor de ativos imobiliários, carregou a Europa, se alastrou pelo mundo e provocou uma recessão global no ano de 2009. Levou à nacionalização de bancos, derrubou governos, gerou taxas de desemprego altíssimas e causou várias ondas de protestos, muitos deles violentos.” Para maiores informações acesso BBC, disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55966588>

³⁹ Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/precos-de-petroleo-caem-de-maxima-de-2014-e-preocupacao-com-oferta-limita-perdas/>

⁴⁰ According to the African Development Bank Group – AFDB (2022) “The modest GDP growth was spurred by a sharp increase in the oil price to an annual average of \$65.69/barrel, above the \$39/ barrel used in the national budget. Oil accounts for 95% of Angola’s exports, but the sector experienced challenges during the COVID-19 pandemic as the price dropped to \$42.40/barrel. The recovery in its price and revenues returned the fiscal balance to a surplus of 2.7% of GDP in 2021 from a deficit of 3.8% in 2020. Higher oil exports took the current account surplus to 11.4% of GDP in 2021 from 1.5% in 2020, while the debt-to GDP ratio declined to 95.9% from 135% over the same period. Revenues also benefited from fiscal reforms, including implementation of value-added tax and excise tax. Inflation remained high at 25.7% in 2021, driven by supply-side factors.

registrados em 2020; ao passo que a renda per capita observou um crescimento de 2,6% em 2021, afetado pelo crescimento da população, que ficou em 3% (AFBD, 2022). No período específico da guerra civil, em 1992 a 2002, enquanto o PIB cresceu 7,22% em média, o crescimento médio da riqueza por indivíduo foi de 3,31%.

A recuperação econômica registrada em Angola a partir do fim da guerra civil, digase 2003, deveu-se a implementação de várias políticas ambiciosas consubstanciadas na reforma econômica, associada ao uso gestão adequada dos recursos naturais vitais disponíveis no país, tais como a terra arável, petróleo e diamantes e também pelas circunstâncias internacionais favoráveis as commodities, por exemplo a alta dos preços de petróleo e gás (Sawe, 2018)⁴¹. Como a economia angolana tem sofrido com as oscilações de preços internacionais das commodities como o petróleo, o que acaba afetando recursos disponíveis para investimentos, a aposta na diversificação da economia através do desenvolvimento da agropecuária e agroindústria proporcionarão a redução da fome, empregos, rendas adicionais decorrentes das exportações de excedentes agrícolas, já que antes da conflagração da guerra civil ⁴², Angola possuía alguma autossuficiência agroalimentar e também era um importante exportador de vários produtos agrícolas, segundo Banco Mundial (2014).

Na tabela apresentada abaixo, é possível observar alguns dos principais recursos naturais e minerais disponíveis no solo angolano, cuja exploração em curso e sua ampliação no futuro, apontam para a grande capacidade do país se tornar num dos grandes players econômicos da África, especialmente, a África Subsaariana.

Tabela 1 - Principais Recursos Minerais de Angola

Recursos Minerais	Produção Atual	Potencialidade
Petróleo	1,56 milhões de barris por dia. 75% dessa produção é offshore	9 bilhões de barris de reservas comprovadas

Higher oil exports helped to sustain international reserves at 8.1 months of imports in 2021". Source: Angola Economic Outlook; <https://www.afdb.org/en/countries/southern-africa/angola/angola-economic-outlook>

⁴¹ Sawe, Benjamin Elisha. What Are The Major Natural Resources Of Angola? Worldatlas, Economics, december 12, 2018. Available at: <https://www.worldatlas.com/articles/what-are-the-major-natural-resources-of-angola.html>

⁴² <https://portail-ie.fr/analysis/1132/le-developpement-de-langola-a-travers-ses-ressources-naturelles>

Gás Natural	17.904,5 milhões de pés cúbicos	11 trilhões de pés cúbicos de gás
Terra Arável ⁴³	10% dos 53 milhões de hectares disponíveis	60 milhões de hectares de terras
Florestas	18,4% do território	Bastante crítico, principalmente devido a extração ilegal de madeiras em Maiombe - Cabinda (ciprestes, pinheiros e eucaliptos) para exportação
Diamantes	8 milhões de quilates por ano	1000 milhões de quilates
Ouro	50 quilogramas por ano	21.562 toneladas, que correspondem a 1,07 bilhão de dólares.

Fonte: Elaboração própria

Além desses recursos^{44,45}, estima-se que 70% do solo angolano possui 42 dos 45 recursos minerais exportáveis, tais como platínio, cobre, manganês, níquel, cromo, nióbio, terras raras, urânio, carvão, quartzo, fosfato, sal, potassa, ferro, enxofre, zinco etc., além de outras áreas potenciais como a pesca e criação de gado de corte. Estas atividades econômicas foram severamente afetadas pela guerra civil, com impactos terríveis para o bem-estar da população e o progresso de Angola.

3.2.1 A guerra civil angolana e seus efeitos

⁴³ Fontes: <https://www.cedesa.pt/2020/06/15/plano-agro-pecuario-de-angola-diversificar-para-o-novo-petroleo-de-angola/> e <https://observador.pt/2022/08/31/ministro-angolano-quer-mais-chineses-a-explorar-terrenos-agricolas-em-angola/>

⁴⁴ https://unece.org/fileadmin/DAM/energy/se/pp/unfc/UNFC_iw_June10_WarsawPI/13_Pinheiro.pdf

⁴⁵ <http://www.embaixadadeangola.pt/reserva-de-ouro-pais-vale-mais-de-um-bilhao-de-dolares/>

“Angola tornou-se independente em novembro de 1975, herdando as fronteiras até aí definidas, resultante da Conferência de Berlim de 1884-1885. Nesse sentido, possui 18 províncias, 64 municípios e 547 comunas” (Telo, 2012)⁴⁶. Após década de guerras armadas pela liberdade – ou vitória do povo angolano ante as forças armadas colônias portuguesas imperialistas, emergiram desconfianças e intrigas que envolveram os principais moimentos de libertação, uns contra os outros, pois ambicionaram o poder. Ou seja, a Frente para a Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) e a União Total para a Independência de Angola (UNITA) desencadearam uma guerra civil fratricida entre si, pois cada um destes grupos eram portadores de um projeto ideológico de poder, e apoiados por agentes internacionais. Um dos estopins dessa guerra fora a violação do acordo firmado entre os três grupos de libertação, segundo qual, uma vez proclamada a independência em 11 de novembro de 1975, seriam realizadas as eleições democráticas na sequência. Narra Telo op ct, “(...) quando o partido MPLA, de orientação marxista-leninista entendeu proclamar isoladamente a independência, assumiu o poder monoliticamente e expulsou os demais partidos da capital”. Inicialmente, uma desconfiança baseada na divisão político-partidária passou confundida como sendo de caráter étnico.

Após as primeiras eleições presidenciais e legislativas de 1992, consideradas pelas comunidades internacionais como “livres e justas”, setores da sociedade mergulhados na inercia dos ressentimentos, deixaram de lado as “esperanças e certezas” do povo em dias melhores e retornam a luta armada. Os partidos UNITA e FNLA sustentaram a tese de que houveram fraudes eleitorais. A opção fundamental por esta via, suplantou a exitosa eleição de 1992, e mergulhou o país na guerra civil.

Segundo Telo (2012), “nos primeiros anos da guerra civil de 1992-2002, mais de 500 mil angolanos morreram os conflitos armados, combinados com fatores como a fome e doenças. Outras 3 milhões de pessoas, sobretudo crianças, mulheres e idosos sofreram as consequências diretas dessa guerra, milhares de pessoas foram vítimas de minas terrestres, outros tiveram amputação parte do corpo, e mais de 35 mil pessoas sofram vítimas de ações violentas como assassinatos, estupros, sequestros; além outros 2 milhões de deslocados de guerras.

⁴⁶ <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4373/1/arquivototal.pdf>

Figura 3 - Fotos de segmentos populacionais impactadas pela guerra civil angolana



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de fontes diversas⁴⁷ (a, b, c, d).

As externalidades negativas da fratricida guerra estão presentes em todos os atributos objetivos e também sustidos em dimensões escalares sócio especiais de Angola, simbolicamente representadas pelas figuras 3 e 4. Homens, mulheres, crianças e jovens cujas vidas foram interrompidas ou cujo futuro foi sequestrado e/ou adiado.

⁴⁷ a) <https://andi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Situacao-da-Infancia-e-da-Adolescencia-Brasileira-2005-Unicef.pdf>

b) [Angola, independência e guerra civil após quatro séculos de domínio português | Acervo \(globo.com\)](#)

c) [mutilados e deslocados de guerra civil de angola, 1992 a 2002 - Google Search](#)

d) <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/17-anos-do-fim-da-guerra-civil-angolana.phtml>

Figura 4 – Vulnerabilidade de mulheres e crianças com a guerra civil angolana



Fonte: Deutsche Wele (2023) ⁴⁸

Os atributos objetivos podem ser observados pelo grau de destruição dos equipamentos públicos e privados, na forma de infraestruturas básicas necessárias para o provimento de bens e serviços nas áreas da educação, saúde, segurança alimentar, segurança

⁴⁸ Fonte: Deutsche Welle (DW) is Germany's international broadcaster and one of the most successful and relevant international media outlets. We provide journalistic content in 32 languages, giving people worldwide the opportunity to form their own opinions.
(<https://www.dw.com/pt-002/paz-social-ainda-n%C3%A3o-chegou-a-angola/a-38283769>)

e integridades, dentre outros, pois enormes somas de recursos financeiros decorrentes da produção e exportações do país foram aplicados neste conflito, sustentaram a corrupção e usurpação de riqueza, em detrimento das ações que promovessem o desenvolvimento do país. Os atributos subjetivos referem-se a sequelas que contemplam o ecossistema moral, sentimental, cultural, assimetrias sociais, o estado de carências generalizadas (fome, desnutrição, doenças etc.) e psicossomáticas (por exemplo, os traumas das mutilações e amputações provocados pelas minas terrestres⁴⁹, os deslocados internos e órfãos) desta decorrente e que transpõem gerações. Estudos diversos estimam que até 2002, as forças beligerantes “plantaram” mais de 15 milhões de minas terrestres em Angola.

Eiseman (2002)⁵⁰, por exemplo, afirma que a guerra civil angolana fora, antes de tudo, “uma luta pela riqueza de petróleo e diamantes” e todo um processo a ela associada. Argumenta este autor que, no período⁵¹ “entre 1992 e 1998, a UNITA teria arrecadado cerca de US\$ 2 bilhões com a venda de diamantes”; um montante muito superior aqueles doados por seus patrocinadores /doadores internacionais (Electoral Institute for Sustainable Democracy in Africa – EISA, 2023). Do outro lado, o governo angolano destinou mais “de US\$ 2 bilhões de sua receita anual – receitas provenientes das exportações de petróleo, como prêmio final para esta guerra, e dentre outras finalidades, o incentivo a onda de corrupção e patrocínios do governo do MPLA”. A opção fundamental pelo modelo econômico baseado somente na exportação do petróleo e diamantes, concorreu para a “aniquilação” quase total de outros segmentos de atividades econômicas, tais como a agricultura, pecuária, pesca etc. Este desprezo por outras áreas proporcionou profunda assimetrias socioeconômicas e regionais de Angola. As assimetrias foram recentemente analisadas pelos autores Capitango, de Martin, Flores et al.(2022). Segundo eles, “During the second civil war (1992–2002), it was possible to observe the dominance of the center–south regions in the economic sphere, particularly in small industry and agriculture in detriment of the absence of these basic sectors in the north and the center–west. In the national context, these differences led to the attraction of the population to the areas of the coastal strip, as the cities could not support the volume

⁴⁹ Sobre Minas explosivas Terrestres: <https://geographical.co.uk/culture/lethal-legacy-landmines-angola>

⁵⁰ EISEMAN, M 2002, "Oil and diamonds and the prospects for recovery", EISA [www] <http://www.eisa.org.za/WEP/angrecovery.htm>

⁵¹ “A ONU gastou 1,6 bilhão de dólares de 1994 a 1998 na manutenção de uma força de manutenção da paz”.

of these populations, causing difficulties in the field of health and environmental structures. From a structural point of view, the civil war deepened regional asymmetries, causing a large gap in Angola's development. The industrial sector concentrated all its strength in the areas that received the basic infrastructure for a possible industrial start-up during the colonial period. Among them were Luanda and its surrounding cities (Viana and Cacucaco)"⁵². (CAPITNANO et al., 2022).

As tragédias humana e humanitária são, certamente, uma das consequências indeléveis das guerras civis armadas pulverizadas no mundo⁵³, tais como a que Angola experimentou e que alguns países, tais como, a Síria (iniciada desde 2011), Afeganistão (iniciada em 1978), Somália (iniciada desde 1991), Sudão do Sul (iniciada em dezembro de 2013), Myanmar (iniciada em maio de 2021), Burkina Faso – Sahel (iniciada em janeiro de 2012), República Democrática do Congo (iniciada no final da década de 1990), República Centro-africana (iniciada em 2012, cessou e retornou em 2022) e Ucrânia (iniciada em fevereiro de 2022), conforme GENEVA ACADEMY(2023). Observadas as devidas peculiaridades e motivações, o objeto central desta dissertação são as crianças soldados angolana, acometidas durante o período da guerra civil de 1992 a 2002.

3.2.2 Crianças Soldados – Uma abordagem multifacética

O termo “crianças soldados” é usado para designar meninas e meninos que servem as forças armadas regulares ou irregulares, para lutar na linha de frente, em missões suicidas ou usadas para espionagens, bem como abusos e escravidão sexuais, conforme Observatório de

⁵² Fonte: Capitango, de Martin, Flores et al. (2022) <https://www.mdpi.com/2076-0760/11/8/334>

⁵³ Fontes: (<https://www.concernusa.org/story/countries-in-conflict/>) e (<https://geneva-academy.ch/galleries/today-s-armed-conflicts>)

Crises Internacionais – OCI (2021)⁵⁴, Unicef (2023), World Bank/Africa Region (2001)⁵⁵, Save the Children (2023)⁵⁶, dentre outros organismos internacionais.

Figura nº 4 – Angolan Child Soldier tells his story



Fonte: BBC News (june, 2002)

Figura nº 5 - Diana: a princesa que abriu portas a Angola e pôs o mundo a falar sobre minas



Fonte: CMJornal.pt (jan. 1997)

Crianças-soldados são aquelas crianças tiradas à sua inocência e que assumem papéis de adultos durante um estado de guerra, se envolvendo desde em carregar armas, a espíãs, cozinheiras, escravas sexuais, mensageiras, entre outros. (UNICEF, 1997). Antigamente era usado o termo especificamente para crianças em conflitos armados na África recrutadas por forças armadas nacionais ou grupos armados não-estatais (UNICEF, 1997). Porém, depois foi analisado que estes jovens em situação de vulnerabilidade estavam presentes em diversos continentes no Sul e no Norte, em países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Aqui se torna necessário evidenciar o recorte de gênero nas Crianças Associadas a Conflitos Armados e os efeitos diferenciados que estas têm em cima das meninas-soldados. As pessoas do gênero feminino tendem a ser silenciadas nos âmbitos das forças armadas e da atenção de políticas públicas, ao refletir sobre quais crianças são submetidas a estes cargos, as meninas não são as primeiras a virem ao pensamento, e sim os meninos (MARTUSCELLI, 2020). Consequentemente, elas sofrem múltiplas opressões e violências, motivadas pela

⁵⁴ Fonte: <https://sites.ufpe.br/oci/2021/08/23/criancas-soldado/>

⁵⁵ Fonte: http://web.worldbank.org/archive/website00523/WEB/PDF/CHILD_SO.PDF

⁵⁶ Fonte: (<https://www.savethechildren.org/us/charity-stories/child-soldiers>). Save the Children [works in the United States and around the world](#) to give children a healthy start in life, the opportunity to learn and protection from harm. When [crisis strikes](#) and children are most vulnerable, we are always among the first to respond and the last to leave. We do whatever it takes for children - every day and in times of crisis – transforming their lives and the future we share. Since our founding over 100 years ago, we've changed the lives of over one billion children.

invisibilização, pela posição social dada dentro destes espaços de conflito e na sociedade, e pela visão permissiva de que os homens adultos possuem em cima destas crianças.

Para Children and Armed Conflict, “criança soldado” refere a todo menor de 18 anos de idade, tanto menino quanto menina, que tenha sido recrutado ou utilizado por uma força armada ou um grupo armado, ainda que não seja como combatente direto, mas esteja na condição de cozinheiro, carregador, espião ou destinado para fins sexuais. (Britto e Almeida, 2019; EFECTOS, 2018).

Ainda de acordo com a Save the Children,

“boys and girls as young as 8 years old, are being recruited and used not only for fighting, but for sexual exploitation and more in conflicts raging across the globe. This isn’t just a grave violation of children’s fundamental human rights – it represents the tragic end of childhood. (...). 149 million children – double the number of all children in the U.S. – live in high-intensity conflict zones (...). Since 2010, there’s been a 34% rise in the number of children living in conflict-affected areas, plus a staggering 170% rise in the number of reported grave violations committed against children in conflict”.

Historicamente, os conflitos armados locais, regionais e até mundiais são ubíquos aos processos de evolução da humanidade, do desenvolvimento socioeconômico e ambientais. As tragédias e catástrofes humanas são umas das consequências destas aventuras (vide Éric Hobsbawm, 1995)⁵⁷, com impactos profundos para parcelas mais vulneráveis, como são o caso das crianças (Parliamentarians for Global Action - PGA, 2023)⁵⁸. E quando se trata de conflitos civis locais e/ou regionais, a necessidade de arcabouços legais eficazes para punir criminalmente os seus algozes, motivaram governos de vários países a se mobilizarem para estruturar cortes penais, no âmbito internacional, em defesa dos direitos civis e proteção a crianças, sobretudo àquelas diretamente envolvidas em conflitos armados. Na década de 1990, por exemplo, as atrocidades genocidas e crimes de guerras perpetradas nos conflitos

⁵⁷ Hobsbawm, E. Era dos Extremos : o breve século XX : 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita e revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁵⁸ Disponível em <https://www.pgaction.org/fr/ilhr/rome-statute/>

civis regionais como os da antiga Jugoslávia e Ruanda, mobilizaram o Conselho de Segurança das Nações Unidas de 1993 e 1994, a constituir um tribunal *ad hoc* sobre cada uma das situações regionais, respectivamente.

Em 1998, representantes de 120 dos 160 países presentes aprovaram o Estatuto de Roma, criando assim a primeira Corte Penal Internacional – CPI⁵⁹. Em seu artigo 1, de acordo com International Criminal Court – ICC⁶⁰ (2023), estabelece que se trata de uma *instituição permanente e independente que exercer sua competência sobre crimes graves no âmbito do direito internacional, e complementar as jurisdições penais nacionais*.

Apesar de, ao longo do século XX, terem sido fundadas ou criadas diversas organizações vinculadas a direitos e proteção à crianças, sobretudo sob ameaças de guerras, na acepção de Oliveira et al (2013)⁶¹, “a criança nunca esteve no centro das preocupações nas Relações Internacionais”, conforme argumentos apresentados no capítulo IV desta dissertação. Com efeito, os dados apresentados pela organização Save the Children, na epígrafe acima, parecem corroborar com a opinião destes autores; ou seja, cerca de 150 milhões de crianças estão acometidas em conflitos armados no mundo e desde 2010, houve um aumento de 34%.

De acordo com Grayley(2011)⁶², Angola é um dos países que *aderiu ao* “Princípios de Paris” em 2011, visando a prevenção do recrutamento de crianças em conflitos armados. Ao abrigo de “Os “Princípios de Paris”, crianças vítimas de conflitos armados recebem apoio

⁵⁹ “Le 17 juillet 1998, des représentants de 160 Etats ont adopté le Statut de Rome de la CPI. 120 Ont voté pour, contre, et 21 se sont abstenus, tandis que 12 Etats n’ont pas assisté au vote final, ayant eu lieu après minuit. Ce Statut a créé à la première cour internationale permanente et indépendante chargée d’enquêter et de poursuivre les auteurs des violations les plus graves de droit pénal international, droit international humanitaire et droits de l’Homme, soit : **le génocide, les crimes contre l’humanité, les crimes de guerre, et le crime d’agression**. Toutefois, les Etats continuent de jouer un rôle essentiel dans la poursuite des auteurs de crimes internationaux, dans la mesure où la CPI n’est pas une organisation supranationale mais une organisation internationale basée sur la coopération des Etats et entre Etats. La CPI est une cour de dernier recours, et ne se substitue pas aux juridictions nationales. En vertu du Statut de Rome, la CPI ne peut intervenir que lorsqu’un Etat n’a pas la volonté ou la capacité de mener véritablement à bien des enquêtes et poursuites des crimes en question. De plus, la CPI ne dispose pas de ses propres forces de police, et se repose donc sur la coopération des Etats et entre les Etats pour ce qui est de l’arrestation et de la remise des suspects.” (PGA, 2023)

⁶⁰ Fonte: <https://www.icc-cpi.int/sites/default/files/NR/rdonlyres/ADD16852-AEE9-4757-ABE7-9CDC7CF02886/283948/RomeStatuteFra1.pdf>

⁶¹ Ana Cláudia Delfini C. de Oliveira, Laís Caroline Kuss e Jardel Sestrem Ana Cláudia Delfini C. de Oliveira, Laís Caroline Kuss e Jardel Sestrem. Sociologia da Infância e relações internacionais: diálogos possíveis, Plural 20.1. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.20.1, 2013, pp.57-82

⁶² Fonte: <https://news.un.org/pt/story/2011/09/1387011>

para a sua reintegração na sociedade. Pois, apesar da grande iniciativa que demonstrada por parte de Angola em aderir esse tratado de modo a proteger ou evitar com que as crianças fossem esforçadas a serem soldados ou serem enquadradas nas forças armadas.

Por outro lado, vale destacar que, ao longo do período da guerra civil angolana, a ONU estimou de mais de três mil⁶³ crianças integraram as fileiras das forças armadas angolanas (FAA), por meio de “rusgas” (recrutamento forçado de jovens para serviço militar), inclusive com menos de 14 anos; violando a legislação angolana de 1999, que estabeleceu a idade mínima de 17 anos. Entretanto, em pesquisas recentes sobre Angola, Britto e Almeida (2019) afirmaram que foram 9.133 menores de idade foram utilizados como soldados, dos quais 5.171 forma desmobilizados. As razões para as crianças entrarem em situações de conflitos como atores ativos, denominados como crianças-soldados são diversas, indo de ações oluntárias a obrigações parentais e/ou institucionais. Emmanuel Jal, evidencia a sua vivência e a sua realidade enquanto uma ex-criança soldado, e as batalhas pessoais e físicas que teve que traçar para conseguir se libertar das opressões que viveu. (TED Talk, 2009).

O *modus operandi* de recrutamento de crianças para se tornarem crianças soldados incluía sequestros ou raptos, violências e corrupção, segundo o Departamento de Estado do Estado Unidos da América (US State Department, 2001)⁶⁴ e Human Rights Watch. Segundo Departamento de Estado, em 2000, os recrutamentos de crianças embora ocorresse em todo o país, eles concentravam-se nas áreas rurais e nos subúrbios de Luanda. Eram recrutadas crianças de comunidades pobres, jovens desempregados e também deslocadas internamente.

A corrupção dos militares porque pagavam aos policiais para encontrar e entregar novos recrutas, e a corrupção das autoridades governamentais, aceitavam pagamentos em troca da isenção do recrutamento. Não pouparam as crianças refugiadas da Namíbia, em Calais, local próximo à fronteira daquele país vizinho, com idades entre 14 e 15 anos, que eram seduzidos com a promessa de receberem altos salários e de terem oportunidade de estudos. Tratava-se de um esquema lucrativo para quem os praticavam.

⁶³ Fonte: The United Nations Observer Mission in Angola (MONUA), the UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA), UNICEF, Amnesty International and the US Department of State.

⁶⁴ Fonte: <https://www.refworld.org/docid/4988061728.html>

Com o fim da guerra em 2002, por ocasião da assinatura do Memorando de Luena⁶⁵ de 2002, após tentativas fracassadas de paz decorrentes do acordo de Bicesse (1991) e Lusaka (1994)⁶⁶, o governo da Angola implementou algumas iniciativas no campo jurídico principalmente, para proteger crianças de tornarem crianças soldados. Dentre estas iniciativas, destacam-se a Constituição da República⁶⁷ promulgada em 2010, a Carta para Ratificação do Protocolo da União Africana relativo aos Estatutos do Tribunal Africano de Justiça e dos Direitos Humanos (2020), O Protocolo do Tribunal de Justiça da União Africana foi adotado pela UA em 1998 e entrou em vigor a 25 de Janeiro de 2004; Estatuto de Roma, Os Princípios de Paris, e não menos importante, a *Red Hand Day*⁶⁸, vinculada a Amnistia Internacional (subscrito pelo governo angolano em 2007).

4 CAPÍTULO IV. Evidências empíricas

Ao longo dos capítulos anteriores pôde-se observar que diversos organismos internacionais, organizações não-governamentais e toda a comunidade internacional tem-se mobilizado em prol da proteção dos direitos das crianças. Convenções, Resoluções, Planos de ação e protocolos diversos foram adotados, provenientes do Conselho de Segurança da ONU, Banco Mundial, Unesco, Unicef, Human Rights Watch, dentre outras, embora, nem sempre se observem devidas observações por parte de governos nacionais e os grupos opositores beligerantes.

⁶⁵ Matos, J. F. de (2020). O PROCESSO DE PAZ EM ANGOLA COMO PONTO DE VIRAGEM PARA A RECONCILIAÇÃO NACIONAL: CAMINHOS E PERSPECTIVAS. Dados de África(s), Vol.01, n°. 01, pp. 30-50. In: <https://revistas.uneb.br/index.php/dadosdeafricas/article/view/9877/6941>

⁶⁶ Segundo Christine Messiant (2014) logo à partida podemos observar que os primeiros dois acordos o de Bicesse em Maio de 1991 e o de Lusaka em Novembro de 1994, ambos realizados sob os auspícios da comunidade internacional tiveram como resultado a continuação da guerra, com consequências cada vez mais mortíferas para a população civil; enquanto o terceiro acordo, o Memorando de Luena de 2002, no qual a comunidade internacional desempenhou um papel muito secundário e em grande medida simbólico, não só conseguiu a formalização da cessação das hostilidades como pôs fim ao ciclo de guerras que devastavam Angola desde a independência, em 1975. (MATOS, 2020).

⁶⁷ Fonte: https://acjr.org.za/resource-centre/Constituicao_da_Republica_de_Angola.pdf

⁶⁸ Segundo Britto e Almeida (2019), “No dia 12 de fevereiro é celebrado o Red Hand Day (dia das mãos vermelhas), data criada pela Anistia Internacional para chamar a atenção da comunidade internacional sobre o recrutamento de crianças-soldado nos conflitos bélicos. A entrada em vigor do Protocolo Facultativo para a Convenção sobre os Direitos da Criança, em 25 de maio de 2000, que proíbe o recrutamento e a utilização de crianças menores de 18 anos nos confrontos armados, colocou o planeta em alerta”.

As evidências empíricas são manifestadas em formas de financiamentos, capacitação e treinamento dos agentes, infraestruturas de apoios psicológicos, assistência financeira e tentativas de desmobilização, desarmamentos e reintegração social dos ex-combatentes, especialmente as crianças, vítimas de todas as formas de violências.

4.1 Limitações do cenário dos atores na RI

Algumas das principais limitações dos atores nas Relações Internacionais são:

- i. Sensibilidade cultural limitada: grande parte dos atores carecem de sensibilidade e compreensão cultural e específica de cada localidade, o que pode resultar em fragilidades nas intervenções
- ii. Dependência de suporte externo: os players em relações internacionais ao dependerem excessivamente de suporte/recursos externos, Contribui para limitar sua capacidade de resolver o problema de maneira sustentável e de longo prazo
- iii. A desigualdade entre os países ocidentais e não-ocidentais sob essa ótica se evidencia nas relações econômicas, sociais e militares — reforçando as dificuldades para países historicamente afetados pelo colonialismo que hoje vivem em uma ordem mundial neoliberal (BUZAN, HANSEN, 2009)
- iv. Condenando a utilização de crianças como alvo em situações de conflitos armados, bem como os ataques diretos contra objetos protegidos por legislação internacional, inclusive locais em que geralmente há grande presença de crianças, tais como escolas e hospitais;
- v. Convencer as partes beligerantes (comandantes das tropas regulares e irregulares) a reduzirem os seus respectivos efetivos ou de encontrar outras formas de manter seus efetivos sem o uso de crianças, consideradas de baixo custo e de fácil engajamento, bem como as consequências futuras para o próprio desenvolvimento do país ou região de conflito
- vi. Modelo de governança capaz de coordenar e sincronizar as diversas iniciativas implementadas por ONG's, governos locais e CSNU, OIT, UNESCO, UNICEF e Banco Mundial

- vii. Convencidos da necessidade de fortalecer a cooperação internacional na implementação do presente Protocolo, bem como a reabilitação física e psicossocial e a reintegração social de crianças vítimas de conflitos armados;
- viii. A Convenção sobre os Direitos da Criança consiste no primeiro instrumento de direito internacional a conceder força jurídica internacional aos direitos da criança. A diferença fundamental entre este texto e a Declaração dos Direitos da Criança, adotada 30 anos antes, consiste no facto de a Convenção tornar os Estados que nela são Partes juridicamente responsáveis pela realização dos direitos da criança e por todas as ações que tomem em relação às crianças, enquanto que a Declaração de 1959 impunha meras obrigações de carácter moral.
- ix. Adoção de estratégias que possam suplantar a realidade na qual, “a exploração de crianças como soldados em conflitos armados é uma realidade alarmante e recorrente sejam pressão familiar, econômica ou social“;
- x. Dado que os estresses pós-traumáticos podem gerar reações para o resto da vida de Ex crianças soldado, a criação de unidades multidisciplinares de monitoramento e promoção social (envolvendo agentes de saúde mental, de educação, formação profissional e emprego, de apoio familiar, do ministério público, da infância, juventude, cultura e desporto) deveriam ser prioridades, na forma de autoridades locais, a fim de combater os efeitos potenciais de culpabilidade, discriminação social e da comunidade, risco de violência como algo natural e/ou de reincidências, tendências de cometer suicídio e a banalização de sua vida e de outrem. Somam-se a isto, o tabagismo, alcoolismo e droga dicção.
- xi. Criação de meios suficientes e adequados em termos de infraestruturas para cuidar dos órfãos e deslocadas da guerra civil, como políticas de estado e não somente como atribuição das ONG's
- xii. Uma atenção e suporte especial à meninas que remanescentes como soldadas e/ou que conviveram naquele ambiente de conflitos, à mercê do abandono e de todas as formas de crueldades físicas e psicológicas; e em certos casos, as meninas-soldados se tornaram mães (prematuros) de outras crianças; além das doenças sexuais (HIV, HPV, Sífilis etc.). Isto é um flagelo social revelantes, o que remete a necessidade de políticas públicas diretas no sentido de acolhimento e os resgates social, no contexto amplo da saúde da mulher, e médico

de família. Embora, do ponto de vista emocional, raramente todos os transtornos sofridos durante vários anos, seja recuperado.

De modo que, quaisquer iniciativas que prescindam de critérios inter e multidisciplinares na abordagem de questões relativas as crianças-soldado, durante o conflito armado e/ou pós-conflito armado, conformam um procedimento pouco qualificado e cujos resultados sejam eminentemente ineficaz e de baixa efetividade. A vasta literatura técnica em ciências sociais e aplicadas, com destaques para a saúde mental e apoios psicossocial⁶⁹, construíram todo um procedimento robusto baseado no TEPT⁷⁰ -Transtorno de Estresse Pós-Traumático (American Psychological Association, 2022).

A incapacidade dos agentes das RIs de compreenderem a dinâmica tipológica TEPT, os procedimentos metodológicos adequados e a escassez de recursos – financeiros, materiais e humanos, contribuem para a baixa efetividade na reinserção social, económica e política de crianças remanescentes de conflitos armados e dos pós-conflitos armados.

4.2 Limitações teóricas-metodológicas sobre o tema das infâncias nas RI

Em sua tese intitulada “Crianças e insegurança: a construção de narrativas sobre crianças-soldado na agenda internacional”, Paiva (2020) expôs claramente as principais limitações sobre o fenômeno da infância, e especial, as crianças-soldado, alegando que todos

⁶⁹ Gagliato, M. G. (2018), disponível em <https://doi.org/10.11606/T.6.2019.tde-21032019-170435>

⁷⁰ “O Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) se caracteriza pela presença de sintomas característicos após a exposição a um evento traumático do qual a pessoa foi vítima, testemunha ou confrontada, causando-lhe medo intenso, impotência ou terror. Esta definição encontrada no Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais - DSM-IV-TR”. Transtorno de Estresse Pós-Traumático. Child Behavior Checklist (CBCL), inventário que se destaca pela sua grande utilização no cenário de pesquisa (traduzido para mais de 30 idiomas), pelo rigor metodológico com que foi elaborado, por seu valor em pesquisa e utilidade na prática clínica. É composta por um conjunto de escalas construídas por Thomas M. Achenbach, em 1991, para a investigação de competência social e problemas de comportamento ocorridos nos últimos seis meses, a partir do relato dos pais/responsáveis de crianças de 4 a 18 anos. Esse instrumento faz parte do Achenbach System of Empirically Based Assessment (ASEBA), composto também por instrumentos aplicados a professores (TRF) e às crianças/adolescentes (YSR), e criados a partir de pesquisas desenvolvidas pelo autor desde a década de 60. A versão utilizada, do ano de 2001, refere-se às crianças de 6 a 18 anos, que inclui a faixa etária estudada. A CBCL é composta por 20 itens destinados a classificar a competência social e 118 itens para averiguar síndromes ou problemas de comportamento nos últimos seis meses. A escala comportamental tem a finalidade de investigar síndromes internalizantes (ansiedade/depressão, retraimento/depressão e queixas somáticas), externalizantes (quebrar regras e comportamento agressivo; e outras (problemas de atenção, de pensamento e sociais) (Ximenes, 2011). In: <https://bvssp.icict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=2616>

os materiais e conhecimentos sobre este assunto advêm ou da produção acadêmica – que enfatiza os conflitos armados contemporâneos e Novas Guerras; ou de organizações internacionais, como ONG's e sistema da ONU, que produzem relatórios e resoluções. Por conta desta realidade, o autor pontuou que as pesquisas relacionadas a crianças-soldado como atores em relações internacionais acabam esbarrando nas seguintes dificuldades:

- 1º. O fato de que a ação de recrutamento de crianças-soldado ocorrer em circunstâncias de ilegalidades (tanto das forças regulares quanto de opositores), torna-se difícil quantificar o número exato destas crianças em conflitos. Além disso, não há mecanismos confiáveis para controlar a sua evolução (crescimento ou diminuição). Soma-se o fato de que, algumas formas armadas omitem as idades destas crianças.
- 2º. O predomínio de investigação com abordagem humanitarista, que preside o modus ONU e ONG de análises, limita outras possibilidades de abordagens sobre o assunto.
- 3º. Ausência da criança com “lugar de fala”; isto é, existe dificuldade de levar em conta o pensamento das próprias crianças e tentar entender suas perspectivas. É imprescindível considerar crianças como atores internacionais.
- 4º. Lapso temporal recente, ou seja, “todo o material e o estudo sobre o tema remonta a década de 1990”; apesar da relevância dos mesmos.

Outros autores também deram importantes contribuições ao dilema das limitações metodológicas atinentes ao fenômeno de crianças-soldado durante e após conflitos, tais como Macfarlane (2021), Haer (2018), Ames (2007 e 2010):

“The parameters of international advocacy work is largely confined to strengthening legal and human rights frameworks to support banning the recruitment of child soldiers. Reintegration remains less of a focus. (Macfarlane, 2021)

Conforme lido na epígrafe, no âmbito do escopo das relações internacionais, a defesa das estruturas legais e de direitos humanos relativos a proibição do recrutamento de crianças soldados revestem-se de maior importância, em detrimento das ações pró-reintegração deste público-alvo. Segundo esta autora, *Op. Cit.*, nos próprios relatórios produzidos pela *Global*

Coalition for Reintegration of Child Soldiers (2020)⁷¹, o foco volta-se para a necessidade de apoiar as crianças como um investimento de longo prazo após o término do programa formal de reintegração por meio de programas de educação e emprego de acompanhamento, englobando a prioridade do estabelecimento de um modelo de financiamento de longo prazo que vá além do alívio financeiro de curto prazo que os grupos humanitários podem fornecer, construindo um modelo de financiamento nacional sustentável (Macfarlane, 2021).

Em sua tese, a autora destaca contradições nos projetos implementados, dada a própria complexidade do problema, considerando os paradigmas culturais, antropológicas, sociológicas, econômicas e políticas. Muitos paradigmas não se confirmam ou são de difícil implementação.

Por exemplo, no âmbito de agendas internacionais, “as crianças são atores políticos, e impactam na natureza e na condução de conflitos, incluindo a estratégia de ‘novas guerras’; onde seus corpos são utilizados e usados tanto como armas e escudos humanos, quanto atores ativos da guerra, isto é, crianças-soldado. As razões ou causas desse fenômeno são complexas, e por isso, no pós-conflito, o processo de sua reintegração à vida civil (tanto no restabelecimento do encontro com a família, quanto com a comunidade) é repleta de dificuldades. Isto torna a *criança-soldado uma construção internacional* (Macfarlane, 2021).

E estas complexidades acabam reverberando em limitações metodológicas em RIs, conforme Ames (2007; 2010). Embora as agendas internacionais convirjam para a erradicação deste fenômeno – crianças-soldado, atraídas e/ou recrutadas para conflitos violentos, ainda há carências de estudos com princípios metodológicos claros e adequados à respeito; esclarecendo:

“Uma compreensão mais precisa sobre as razões para as quais as crianças entram em conflitos violentos, por que razão ou razões os exércitos irregulares recrutam e sequestram crianças, o por quê de as crianças deixam os exércitos irregulares e quais problemas enfrentam depois da saída, ajudará a formular políticas para reduzir crianças-soldado. Grande parte da literatura sobre crianças soldados vem de grupos de defesa. Não seria apenas irreal

⁷¹ Acesse: [Global Coalition for Reintegration of Child Soldiers – Office of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict \(un.org\)](https://www.un.org/children/coalition)

esperar que tais defensores recorram às análises estatísticas complexas, muitas vezes com base em estimativas e dados arbitrados; conseqüentemente, contraproducente.” (Haer, 2018; Ames, 2007/2010).

O que se sabe, através dos organismos internacionais de defesa da criança, é que as pesquisas sobre o processo de reintegração de crianças-soldados indicam vários fatores, tais como, apoio familiar, educação e oportunidades de emprego, como fundamentais para apoiar a sua transição para uma vida e uma vida civil; e isto se dá de modo diverso, variando em consonância com as normas e estruturas culturais sociais, que em sua maioria, no campo de oportunidades de emprego e educação, privilegiam rapazes em detrimento de meninas (Macfarlane, 2021).

Contraopondo-se a posição de Haer (2018) sobre a alegação de que os dados sobre crianças-soldado poderiam ser imprecisos ou arbitrados nos estudos publicados em RIs, para Macfarlane (2021), as pesquisas sobre crianças e relações internacionais (CIR) forneceram boas bases teóricas e metodológicas para a sua tese de doutorado, exaltando as experiências das crianças como sendo relevantes nas análises da paz, dos conflitos e da segurança; devidamente fundamentadas em teorias de conhecimentos sociológicos acerca da infância

Segundo ela,

“As pesquisas sobre CIR baseiam-se amplamente em teorias críticas em RI, particularmente estudos críticos de segurança e trabalho feminista (...), com dois projetos inter-relacionados...(…) um projeto teórico-metodológico debate o fracasso das RI em teorizar as crianças como atores importantes no funcionamento da política internacional; e, outro projeto que investiga as vidas das crianças, partindo da base empírica, para compreender e responder como elas são afetadas em situações de violência, conflito armado e paz (Macfarlane, 2021).

Ainda de acordo com a crítica defendida pela autora *Op Cit.*,

As Teorias sociológicas sobre a infância, em especial, a “Novos Estudos Sociais da

Infância - NSSC”, surgiram em resposta às limitações do modelo psicológico de desenvolvimento da 'infância', que teoriza a infância por meio de fases cognitivas e físicas vinculadas ao tempo. Dentro deste paradigma, as crianças são consideradas adultos incompletos, sem capacidade de tomar decisões racionais devido à sua falta de desenvolvimento cognitivo e experiências de vida (ver Jenks 1996, 22-30)”. O NSSC, por outro lado, ofereceu uma abordagem alternativa para estudar a vida das crianças por meio da "estrutura interpretativa" da infância (James e Prout 2015, 3).

Por meio desse novo paradigma, a 'infância' é tida com uma construção social histórica e culturalmente variável, que atua como um importante marcador de identidade social como gênero, classe, etnia, religião, sendo definida por outras classes sociais e relações de poder dentro de uma sociedade; e portanto, *as crianças devem ser consideradas como atores sociais, e ontologicamente independentes e autônomos*. Tratam-se de estudos sociológicos que ao enfatizar demais a autonomia da criança em sua capacidade de pensar e agir de forma independente, não levam em conta as conexões que existem entre crianças e adultos por meio de relacionamentos sociais e geracionais (Alanen 2014; Qvortrup 2008; *apud* Macfarlane, 2021).

Em suma, a presente pesquisa foi desenvolvida prioritariamente com base em método de estudo exploratório e bibliográfico, posto que teve por finalidade o aprimoramento de ideias e descobertas de conhecimentos à respeito do objeto estudado (Gil, 2007; Vergara, 2016), numa perspectiva multidisciplinar. Quanto a abordagem, é descrita como qualitativa, já que ocupou-se dos aspetos da realidade não quantificáveis como a explicação do “enquadramento” de crianças como atores das relações internacionais, um lugar de fala, ainda por se consolidar.

Entretanto, diante do que foi exposto e explorado ao longo da pesquisa, com destaques para as formulações de Paiva, Haer e Ames, uma das propostas metodológicas a ser empreendida em estudos dessa natureza – e alta complexidade, transversal e multidisciplinar, remete a abordagem baseada na Investigação Participante e de Multicritério. De fato, segundo Vergara (2016), numa investigação participante privilegia as pessoas intrinsecamente engajadas ou implicadas na questão-problema, de modo que se possa

capturar toda a expertise destes enquanto atores principais; e neste caso, são as crianças-soldado remanescentes dos conflitos. É um procedimento metodológico muito usado no campo das ciências sociais, sociologia, etnografia, antropologia etc. E pela complexidade e pela subjetividade inerentes, o recurso a abordagem de multicritério também deve ser o caminho complementar as outras abordagens, como as que norteiam os relatórios e resoluções da ONU.

O recurso a método multicritério pode trazer grandes contribuições, pois auxiliam na tomada de decisões, minimizando as ineficiências. Em geral, este método compreende algumas etapas, tais como, a definição clara do problema de decisão; a seleção e a estruturação dos critérios; a mensuração do desempenho; a atribuição de score às alternativas; a atribuição de pesos aos critérios; o cálculo dos score agregados; lidar com a incerteza; interpretar e reportar os resultados (Gomes et al., 2004).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação debruçou sobre a problemática de infâncias e como estas constituem prioridade no âmbito das relações internacionais; se como sujeito ativo ou passivo dos processos decisórios. E teve como foco central, crianças-soldado envolvidas e/ou remanescentes da guerra civil de Angola, delimitada no período de 1992 à 2002.

O desenvolvimento dos trabalhos teve por base a pesquisa bibliográfica, consistindo da exposição, descrição e explicação do fenômeno, com vistas a elucidá-lo. Foram consultados materiais bibliográficos impressos e disponibilizados eletronicamente, no formato digital. Constatou-se que o fenômeno de crianças-soldado é bastante estudado por diversos organismos braços das Organização das Nações Unidas, tais como a Unesco, Unicef, além de diversas organizações não-governamentais, aos quais se destacam Save the Children, Defence for Children International, Friends International, Free the Children, Human Rights Watch, dentre outros. Estes organismos produzem relatórios e resoluções à respeito, com abordagem humanitaristas, com apelo para o fim dos conflitos, pela paz e circunscrito a filosofia do Conselho de Segurança da ONU. Desta forma, a exposição de países e governos que violam os direitos humanos fundamentais, e dos direitos a proteção à crianças, forma um ambiente de constrangimento e de condenação internacional simplesmente. Eventualmente, estes constrangimentos geram sanções por parte organismos de fomentos como Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, que condiciona a liberação de créditos para estes países ao respeito dos direitos da criança.

O rigor, apesar das relevâncias dos relatórios produzidos à luz da abordagem humanitarismo, a carência de abordagens científico-técnicas de outros ecossistemas de conhecimentos prejudicam a produção e o entendimento profundo sobre este fenômeno. Esta é uma das conclusões que se pôde identificar nesta pesquisa. Portanto, há todo um campo de conhecimentos a serem produzidos, tendo a criança soldado como objeto focal.

Esta também foi uma das dificuldades encontradas durante o levantamento bibliográfico, especialmente, no recorte do período estudado; ou seja, 1992-2002, e no contexto da realidade angolana. De facto, nesse período, há poucos registros e poucos estudos técnicos a respeito. Primeiro porque, como aludido, a grande parte de leis e resoluções em

prol dos direitos à proteção da criança data das décadas de 1980-1990-2000, e outros mais recentes. Até então, não havia parâmetros. Em segundo lugar, estas resoluções por serem contemporâneas ao período da guerra civil de Angola, não gerou muito efeito prático. Em terceiro lugar, o governo de Angola e seus oponentes não tinham interesses em registrar de forma criteriosa o quantitativos de criança efetivamente acometidas nos eventos de conflitos armados. As experiências de Angola foram idênticas observadas em outras zonas de conflitos. O não registro com rigor, encontra respaldo em inúmeras versões de crianças e de direito a infâncias praticados em diferentes comunidades de acordo com rasgos culturais, religiosos e socioeconômicos. Por outro lado, esse “desleixo” ou falta de instrumentos robustos (transporte, logística, recursos humanos, técnicos em saúde mental, suporte material e financeiro) e etc., contribuíram para subestimar o tamanho do problema e assim ver atenuado as sanções internacionais, por exemplo.

Mas também constatou-se um crescimento de estudos acadêmicos sobre o tema mais recentemente, e estão relacionados a conflitos da atualidade. Por essa razão, no caso da Angola, não foi possível elaborar um estudo com método quantitativo à respeito; embora, não trouxesse prejuízos para os objetivos estabelecidos.

Recomenda-se que novos estudos sejam realizados, explorando métodos comparativos e abordagem política, pesquisa-ação/participante e multicritérios, a fim de compreender a dinâmica dos conflitos e vigorar Lugar de Fala da Criança.

BIBLIOGRAFIAS

- ABDALA JUNIOR, Benjamin. A 'Lagoa da Vida' da Angolanidade. *Letras de Hoje*, v.5, n.2, 1990, p. 83-91.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: reflection on the spread and origin of nationalism*. Nova Iorque: Verso, 1983 (2ªed., 1991).
- ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Luanda, Angola, 2010.
- ANGOP. Construção da angolanidade deve ter em conta diversidade cultural. *Angop*, 15 Setembro de 2009. Disponível em:
[http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2009/8/38/Construcao angolanidade-deve-ter-conta-diversidade-cultural,84b07932-360d-4189-9b751882ed5c6772.html](http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2009/8/38/Construcao%20angolanidade-deve-ter-conta-diversidade-cultural,84b07932-360d-4189-9b751882ed5c6772.html). Acesso em: 17 janeiro de 2023.
- ANGOP. Cuba: governo angolano vai implementar plano de desenvolvimento cultural. *Angop*, 14 Jun. 2007. Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/lazer-e-cultura/2007/5/24/Cuba-Governo-angolano-vai-implementar-plano-desenvolvimento-cultural,9306ca42-bc13-418b-b5b5-482279beeee3.html. Acesso em: 18 Jun. 2016.
- As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: Sarmiento, M. J.; Cerisara, A. B. (Org.). *Crianças e miúdos: perspetivas sociopedagógicas da infância e educação*. Porto: Asa, 2004. p. 9-34.
- AZANCOT-MENEZES, M. **Um olhar sobre a implementação da Reforma Educativa em Angola**: estudo de caso nas províncias de Luanda, Huambo e Huíla. Luanda: Rede Angolana da Sociedade Civil de Educação para Todos, 2010. 73 p.
- BALANDIER, Georges. *Afrique ambiguë*. Paris: Librairie Plon, 1957.
- BATSÍKAMA, Patrício. *Angolanidade: construção das identidades angolanas*. 2013. Disponível em:<http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/angolanidade-construcao-das-identidades-angolanas-por-patricio-batsikama>. Acesso em: 17 fevereiro 2023.
- BATSÍKAMA, Patrício. *Angolanidade: construção das identidades angolanas*. 2013. Disponível em:<http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/angolanidade-construcao-das-identidades-angolanas-por-patricio-batsikama>. Acesso em: 17 fevereiro de 2023.

- BAYART, Jean-François. *The state in Africa: the politics of the belly*. Michigan: Polity, 1989, edição em inglês (2009).
- BELLAMY, Carol (2005). The State-of-the-World's. Childhood Under Threat. Unicef. In.: <https://www.unicef.org/reports/state-worlds-children-2005>
- BERG, Elliot. Socialism and economic development in Tropical Africa. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 78, n. 4, 1964, p. 549-573.
- BEYERSDORF, Victoria Giannini. A infância sob a ótica da dependência internacional: uma análise da influência das relações internacionais nas vivências das crianças e adolescentes latino-americanos. Foz Iguaçu, 2023.
- BRITAIN, Victoria, 1986: "Beleaguered Angola Los to Kremlin", The Guardian, London, 7 May
- BRITTO, C. A.S.; ALMEIDA, C. F. de (2019). **CRIANÇAS-SOLDADO, UMA REALIDADE ATUAL EM CONTEXTO INTERNACIONAL: A UTILIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CONFLITOS ARMADOS**. REVISTA DE DIREITO | VIÇOSA | V.11 N.01 2019 P. 187-220. DOI: <https://doi.org/10.32361/20191116380>
- BRONFENBRENNER, U. Ecological systems theory. In: BRONFENBRENNER, U. (Org.). **Making human beings human: bioecological perspectives on human development**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2005 (original publicado em 1992). p. 106-173.
- BRONFENBRENNER, U. **The ecology of human development: experiments in nature and design**. Cambridge: Harvard University Press, 1979, 330 p.
- BRONFENBRENNER, U.; EVANS, G. W. Developmental science in the 21st century: emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. **Social Development**, v. 9, n. 1, p. 115-125, 2000.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. The evolution of international security studies. Cambridge University Press, 2009.
- CANDAU, V. M. F. A configuração de uma educação em Direitos Humanos. In: SILVEIRA, R. M. G. et al. (Org.). **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teóricos-metodológicos**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2007. p. 399-412.

- CANDAU, V. M. F; SCAVINO, S. B. Educação em Direitos Humanos e formação de educadores. **Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 59-66, jan.-abr. 2013.
- CARVALHO, Paulo de, 2002: “Guerra, nunca mais!”, Angola, à procura do seu passo, *Revista Política Internacional*, nº 25, pp. 157-163
- CARVALHO, Paulo de, 2002: Angola, Quanto tempo falta para amanhã? Oeiras: Celta
- CAVAZZINI, Frederico. A guerra civil angolana e seu impacto no desenvolvimento do ensino primário público. *Development Studies Research Seminar Spring 2012*. Lisboa, 16 Abril de 2012,
- CECCONELLO, A. M.; KOLLER, S. H. Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 515-524, 2003.
- CECCONELLO, A. M.; KOLLER, S. H. Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. In: KOLLER, S. H. (Org.). **Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 267-291.
- CHABAL, Patrick & DALOZ, Jean-Pascal, 1999: *Africa work's: Disorder as Political Instrument*, Oxford and Bloomington: James Curry and Indiana University Press
- CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. In: **Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, p. 432-443, jul. Dez. 2002.
- CHILCOTE, Ronald H., 1967: *Portuguese Africa*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- CHILCOTE, Ronald H., 1972: *Emerging Nationalism In Portuguese Africa: documents*. Stanford: Stanford University Press
- Christensen, Pia; Allison, James (Org.). *Investigação com crianças: perspetivas e práticas*. Porto: Paula Frassinetti, 2005.
- COMERFORD, Michael, 2005: *O Rosto pacífico de Angola: biografia de um processo de paz (1991-2002)*, Windhoek: Edição do autor
- CONCHILGLIA, Augusta, 1990: *UNITA. Myth and Reality*, London: ECASAAMA/UK

CONSELHO NACIONAL DA CRIANÇA – CNAC. **IV Fórum Nacional da Criança** – Documento final: conclusões e recomendações. Luanda, Angola, 2009. 32 p.

DELL'AGLIO, D. D.; HUTZ, C. S. Estratégias de *coping* de crianças e adolescentes em eventos estressantes com pares e com adultos. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 203-225, 2002.

DURKHEIM, EMILE. As formas elementares da vida religiosa. In: Aron, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002.

Educação (Porto Alegre), v. 39, n. 1, p. 11-21, jan.-abr. 2016 “Se não bater, não aprende” 21

ESCHILETTI PRATI, L.; PAULA COUTO, M. C. P. DE; MOURA, A; POLETTI M.; KOLLER, S. H. Revisando a inserção ecológica: uma proposta de sistematização. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 160-169, 2008.

FANON, Frantz. *The wretched of the earth*. Nova Iorque: Grove Press, 1963.

FEINSTEIN, S.; MWAHOMBELA, L. Corporal punishment in Tanzania schools. **International Review of Education**, Hamburgo, v. 56, p. 399-410, 2010.

FERREIRA, Manuel. *A indústria em tempo de guerra: Angola 1975-90*. Edições Cosmos: Lisboa, 1999.

FERREIRA, Manuel. La reconversion Économique de la nomenclatura pétrolière. *Politique Africaine*, n. 57, 1995, p. 13-25.

FONSECA, CLAUDIA. Os direitos da criança – dialogando com o ECA. In: Fonseca, Claudia; Terto Jr. Veriano; Alves, Caleb Faria (Org.). *Antropologia, diversidade e direitos humanos*. RGS: Ed. UFRG, 2004.

FRAGA, P. C. P. Os sentidos da violência. **Cadernos de Ciências Humanas – Especiaría**, v. 9, n. 15, p. 231-236, 2006.

FUKUYAMA, Francis. The end of History? *The National Interest*, Verão 1989.

FUKUYAMA, Francis. *The end of History and the last man*. Nova Iorque: Free Press, 1992.

GAIO, Gabrieli. A nova Lei do Investimento Privado em Angola. *Revista Mercados e Estratégias*, n. 11, Fevereiro de 2016, p. 21-22.

- GAIO, Gabrieli. *O público, o privado e a economia política angolana: um estudo sobre a inserção das construtoras brasileiras em Angola*. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.
- Gaitán, L. *Sociologia de la infancia*. Madrid: Síntesis, 2006.
- GATES, S., HEGRE, H.; NYGARD, H. M.; STRAND, H. Development consequences of armed conflict. **World Development**, v. 40, n. 9, p. 1713-1722, 2012.
- Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educação e Sociedade*. Dossiê: Sociologia da Infância – pesquisa com crianças. *Cedes*, v. 26, n. 91, maio/ago. 2005.
- GIL, Antonio Carlos et al. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- Gilson Lázaro, «Violência e fragmentos da guerra em Angola», *Revista Angolana de Sociologia*, 11 | 2013, 143-146
- GLASGOW, Roy. *Nzinga: resistência escrava à investida do colonialismo português em Angola, 1582-1663*. São Paulo: Perspetiva, 1982.
- GOMES, L. F. A. M.; ARAYA, M. C. G.; CARIGNANO, C. *Tomada de decisões em cenários complexos: introdução aos métodos discretos do apoio multicritério à decisão*. São Paulo: Thomson, 2004
- GUERRA, José. *Direito da Economia Angolana*. Lisboa: Escher, 1994.
- GUERRA, M.E.; PIUS, G. S.; PRADO, L. S.; MIZUSHIMA, I. M., PIRES, V. L. *A Agenda da ONU para as crianças-soldado*. Observatório de Conflitos Internacionais - Série Conflitos Internacionais. Vol. 6, nº 6, dez./2019, pp. 1-7. In: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v.-6-n.-6-dez-2019.pdf>
- GUHA-SAPIR, D., GÓMEZ, V. T. **Angola: the human impact of war**. A data review of field surveys in Angola between 1999- 2005. Brussels: CRED, 2006. 36 p.
- GUUS (2004). *From military peace to social justice? The Angolan peace process*. London 2004, 10p. ISSN 1365-0742

- Haer, Roos (2018). Children and armed conflict: looking at the future and learning from the past. *Third World Quarterly* 2019, Vol. 40, No. 1, 74–91, <https://doi.org/10.1080/01436597.2018.1552131>
- HENIGHAN, Stephen. *The quest for angolanidade*. 2005. Disponível em: <http://www.stephenhenighan.com/QuestAngol.htm>. Acesso em: 26 fevereiro. 2023.
- JOFFE, Avril. *Adapting the Wheel: cultural policies for Africa*. Arterial Network, 2010, p.7. Disponível em: http://www.artsinafrica.com/uploads/2011/05/Cultural_policy_template_English_8Mar2011_final_for_print.pdf. Acesso em: 20 janeiro 2023.
- KAJIBANGA, Victor. *A Alma Sociológica na Ensaística de Mário Pinto de Andrade: uma introdução ao estudo da vida e obra do primeiro sociólogo angolano*. Luanda: Instituto Nacional de Indústrias Culturais, 2000.
- KANDJIMBO, Luís. A consciência das diferenças (prefácio). In: SÁ, Ana Lopes. *A (re) construção da angolanidade em Uanhenga Xitu*. Lisboa: Imbondeiro Editores, 2003, p. 9-17.
- KANDJIMBO, Luís. *Angolanidade: O conceito e o pressuposto*. Luanda: INALD, 1998.
- KERTZER, JOSHUA D.; KERTZER, D. (2018). Political Psychology in International Relations: Beyond the Paradigms. *Annual Review of Political Science*. Vol. 21, pp. 39-339, <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-041916-020042>
- KUHLMANN JR., MOISÉS. *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Bragança Paulista: Ed. da Universidade de São Francisco, 2001.
- LEAGUE OF NATIONS. **Geneva Declaration of the Rights of the Child**. 1924. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/gdrc1924.htm>>. Acesso em: 18 janeiro 2023.
- LISBOA, C; KOLLER, S. H. O microssistema escolar e os processos proximais: exemplos de investigações científicas e intervenções práticas. In: KOLLER, S. H. (Org.). **Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 337-353.
- LIST, Friedrich. *The National System of Political Economy*. Filadélfia: J. B. Lippincott & CO, 1841.

- LOPES, Helena. O processo de angolanização. *Jornal de Angola*, 1 Nov. 2012.
- M'BOKOLO, Elikia. *África Negra. História e Civilizações. Do Século XIX aos nossos dias*. Tomo II. Edições Colibri: Lisboa, 2007.
- MACAMO, Elisio S. *Negotiating modernity: Africa's ambivalent experience*. Dakar: Codesria Books, 2005.
- MACFARLANE, KATE (2021). The Reintegration of Child Soldiers in Nepal and Sri Lanka: Navigating post conflict identities in civilian life. Department of International Relations Coral Bell School of Asia Pacific Affairs ANU College of Asia & the Pacific Canberra, ACT Australia; 82p. in: <https://openresearch.repository.anu.edu.au/bitstream/1885/237213/1/Thesis%20Final%20KMacfarlane%202021.pdf>
- MACHEL, G. **Impact of armed conflict on children**. New York: UNICEF, 1996.
- MAMDANI, Mahmoud, 1996: Citizen and Subject: contemporary Africa and the legacy of late colonialism, Princeton: Princeton University Press. DOI: 10.2307/j.ctvc77c7w
- MARCUM, John, 1969: The Angolan Revolution, - vol. I: The anatomy of an Explosion (1950-1962), Cambridge: The MIT Press
- MARCUM, John, 1978: The Angolan Revolution, vol. II: Exile Politics and Guerrilha Warfare (1962-1976), Cambridge: The MIT Press
- MARTUSCELLI, Patrícia Nabucco; BANDARRA, Leonardo. Triply Silenced Agents: Cognitive Structures and Girl Soldiers in Colombia. *Critical Studies on Security*, v. 8, n. 3, p. 223-239, 2020. MARTUSCELLI, Patrícia Nabucco; BANDARRA, Leonardo. Triply Silenced Agents: Cognitive Structures and Girl Soldiers in Colombia. *Critical Studies on Security*, v. 8, n. 3, p. 223-239, 2020. MARTUSCELLI, Patrícia Nabucco; BANDARRA, Leonardo. Triply Silenced Agents: Cognitive Structures and Girl Soldiers in Colombia. *Critical Studies on Security*, v. 8, n. 3, p. 223-239, 2020.
- MASTEN, Ann S.; NARAYAN, Angela J. Child development in the context of disaster, war, and terrorism: Pathways of risk and resilience. *Annual review of psychology*, v. 63, p. 227-257, 2012.

- MATOS, J. F. de (2020). O PROCESSO DE PAZ EM ANGOLA COMO PONTO DE VIRAGEM PARA A RECONCILIAÇÃO NACIONAL: CAMINHOS E PERSPECTIVAS. Dados de África(s), Vol.01, nº. 01, pp. 30-50. In: <https://revistas.uneb.br/index.php/dadosdeafricas/article/view/9877/6941>
- MCMULLIN, JAREMEY (2015). Reintegrating Young Combatants: do child-centred approaches leave children—and adults—behind? *Third World Quarterly*. Vol. 32, No. 4 (2011), pp. 743-764 (22 pages). Published By: Taylor & Francis, Ltd. <https://www.jstor.org/stable/41300345>
- MCMULLIN, JAREMEY (2011) Reintegrating Young Combatants: do child-centred approaches leave children—and adults—behind?, *Third World Quarterly*, 32:4, 743-764, DOI: 10.1080/01436597.2011.567006
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2007.
- MERRILEES, CHRISTINE E. (2015). *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences // War, Political Violence, and Effects on Children*, (), 389–394.
- MESSIANT, Christine, 1995: “MPLA et UNITA: processus de paix et logique de guerre”, In: *L’Angola dans la guerre, Politique Africaine*, nº 57
- MESSIANT, Christine, 2008: *L’Angola postcolonial*, Vol. I e II, Paris: Karthala DOI: 10.3917/kart.mess.2009.01
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE ANGOLA – MED. **Reflexões sobre educação em Angola**. Luanda, 2010a. Disponível em: <http://www.med.gov.ao/PublicacoesD.aspx?Codigo=651>>. Acesso em: 18 de janeiro 2023.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE ANGOLA – MED. **Relatório da pesquisa Escolas Amigas da Criança em Angola**. Luanda: Aldeia Global, 2010b. 184 p.
- MORAIS, N. A. **Trajatórias de vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social: entre o risco e a proteção**, 2009. 231 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

- MPLA. *Programa de Governo 2012-2017*. 2012. Disponível em: <http://www.mpla2012.ao/downloads>. Acesso em: 28 dez. 2012.
- MYAMBO, Melissa. Anti-colonial to anti-globalization nationalism: Pepetela's angolanidade. *New Global Studies*, v.5, n.1, 2011, p.1-29.
- NETO, Agostinho. *...Ainda o meu sonho: discursos sobre a cultura nacional*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- NGOENHA, Severino, 1993: *Filosofia africana: das independências às liberdades*, Edições Paulistas-África
- NSAMENANG, A. B. **Africa's contributions to human development science**. In: 21st BIENNIAL MEETINGS OF THE ISSBD. Lusaka, Zambia, 2010.
- NSAMENANG, A. B. Conceptualizing developmental assessment within Africa's cultural settings. In: GRIGORENKO, E. L. (Org.). **Multicultural Psychoeducational Assessment**. New York: Springer Publishing Company, 2009. p. 95-132.
- NUNES, ANGELA; CARVALHO, MARIA ROSÁRIO. Questões metodológicas e epistemológicas suscitadas pela Antropologia da Infância. In: Encontro Anual da Anpocs, 32. Apresentação... 22 a 26 de outubro de 2008, Caxambu/MG.
- Odeere: revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. Ano 1, número 1, volume 1, Janeiro – Junho de 2016. Angolanidade e angolanização : interfaces da governança no pós-guerra civil em Angola* Gabrieli Gaio
- Odeere: revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. Ano 1, número 1, volume 1, Janeiro – Junho de 2016.p.4. in: <https://aquila2.iseg.utl.pt/aquila/getFile.do?method=getFile&fileId=275674>. Acesso em: 28 dez. 2022.
- OLIVERIA, RICARDO SOARES de (2011). *Illiberal peacebuilding in Angola*. J. of Modern African Studies, 49, 2 (2011), pp. 287–314.
- ONYANGO, P. The impact of armed conflict on children. **Child Abuse Review**, v. 21, p. 219-229, 1998.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Convenção sobre os Direitos da Criança**,

1989. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm>. Acesso em: 15 de janeiro de 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 12 janeiro de 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaration of the rights of the child**. Disponível em: <<http://www.cirp.org/library/ethics/UN-declaration/>>. Acesso em: 18 fevereiro de 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Protocolo facultativo para a Convenção sobre os Direitos da Criança sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados**, 2000. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10124.htm>. Acesso em: 10 janeiro 2023.

PALUDO, S. S; KOLLER, S. H. Inserção ecológica no espaço da rua. In KOLLER, S. H. (Org.). **Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 219-244.

PECEQUILO, CRISTINA SOREANU. Os atores internacionais. Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

PEPETELA. *Mayombe*. Londres: Exeter, 1983.

PEPETELA. *Predadores*. Luanda: Editorial Nzila, 2005.

PESTANA, Nelson (org.), 2002: “Da paz militar à paz civil: Angola, à procura do seu passo”, *Revista Política Internacional*, nº 25, pp. 151-155

POIRIER, T. The effects of armed conflict on schooling in Sub-Saharan Africa. **International Journal of Educational Development**, v. 32, p. 341-351, 2012.

PORTO, J. GOMES; PARSONS, I; ALDEN, C. (2007). From Soldiers to Citizens – Social, Economic and Political Reintegration of Unita ex-combatants. In: <https://www.files.ethz.ch/isn/117817/MONO130FULL.pdf>

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – UNDP. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2010**. Nova Iorque: PNUD, 2010. 217 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – UNDP. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2013**. Nova Iorque: PNUD, 2013. 202 p.

PROUT, ALLAN. RECONSIDERAR a nova Sociologia da Infância. In: Encontro Anual da Secção de Sociologia da Infância, da Associação Alemã de Sociologia, 8. Apresentação... Minho, 2002. In: Ciclo de Conferências em SI da Univ. do Minho/IEC. Minho, 2004.

QVORTRUP, JENS. Microanálise da infância. In: Christensen, Pia; Allison, James (Org.). *Investigação com crianças: perspetivas e práticas*. Porto: Paula Frassinetti, 2005.

REI, RAQUEL C. TEIXEIRA. *Participação social da infância*. Barcelona: Ed. UAB, 2006. Sato, Eiiti. *As relações internacionais, a sociologia e os debates correntes sobre conflito, cooperação e mudanças na ordem internacional*. 2005. Disponível em: <http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/Alas/Eiiti%20Sato.pdf>. Acesso em: 26 de dezembro de 2022.

REICH, Simon F., and FORD, Vera Achvarina. *Explaining Child Soldier Ratios in African Intra-State Conflicts*. Institute for Human Security: Graduate School of Public and International Affairs, University of Pittisburgh, 2005, 53p.

REPÚBLICA DE ANGOLA. *Constituição da República de Angola*. 2010. Disponível em: http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=179498. Acesso em: 8 dez. 2012.

REPÚBLICA DE ANGOLA. *Lei de Revisão Constitucional de 1992* (Lei nº 23/92). 1992. Disponível em: <http://www.ucp.pt/site/resources/documents/IEP/LusoForum/Constituicao20angola.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2022.

REPÚBLICA DE ANGOLA. *Ministério da Cultura: decreto-lei nº7/03*. 2003. Disponível em: <http://www.mincult.gov.a> o/VerLegislacao.aspx?id=167. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

REPÚBLICA DE ANGOLA. *Plano de Desenvolvimento Cultural*. 2006. Disponível em: http://www.artsinafrica.com/uploads/2011/08/PLANO_DE_DESENVOLVIMENTO_CULTURAL1.pdf. Acesso em: 22 nov. 2012.

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA. *Lei Constitucional de 1975*. Luanda: *Diário da República*, I Série: 1, 1975.

- SACCO, A. M. **“Como é a escola dos teus sonhos?”**: direitos da criança, educação e inserção ecológica em Angola. 2011. 65 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- SALMÓN, G. E. O longo caminho da luta contra a pobreza e seu alentador encontro com os direitos humanos. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 4, n. 7, p. 152-167, 2007.
- SARMENTO, JOÃO (2018). *Portuguese tropical geography and decolonization in Africa: the case of Mozambique*. *Journal of Historical Geography*, (), S0305748818300100–. doi:10.1016/j.jhg.2018.11.002
- SARMENTO, M. J.; Pinto, Manuel. As crianças: contextos e identidades. Braga:/IEC-Univ. Minho, Pt, 1997.
- SATO, EITI. A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções. *Rev. Bras. Polít. Int.*, v. 43, n. 1, p. 138-169, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n1/v43n1a07.pdf>>. Acesso em: 26 de janeiro 2023.
- SAVE THE CHILDREN. **A situação social da criança em Angola**. Luanda: Save The Children, 2010.
- SCHUBERT, Benedict, 2000: *A Guerra e as Igrejas. Angola 1961-1991*, Basel Switzerland: P. Schlettwein Publishing
- SHELMAN, E. A.; LAZORITZ, S. **The Mary Ellen Wilson case and the beginning of Children’s Rights in 19th Century America**. North Carolina: McFarland & Company, 2005. 247 p.
- SILVA, Márcia. *A independência de Angola*. Brasília: Funag, 2008.
- SIROTA, RÉGINE. Emergência de uma Sociologia da Infância: evolução do objeto e do olhar. *Cadernos de Pesquisa*, n. 112, mar. 2001.
- SOARES, NATÁLIA F. Os direitos das crianças nas encruzilhadas da proteção e da participação (2002). In: Infoced. Boletim do Centro de Estudos, Documentação e Informação sobre a Criança do Instituto de Apoio à Criança. Lisboa: IAC, maio 2010.
- Sociologia da Infância e relações internacionais: diálogos possíveis. *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.20.1, 2013, pp.57-82

- SOUZA, S. A. G. P. **A Declaração dos Direitos da Criança e a Convenção sobre os Direitos da Criança**: direitos humanos a proteger em um mundo em guerra. 2001. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2568>>. Acesso em: 18 novembro de 2022.
- STEVENS, Amy Jane. The invisible soldiers: understanding how the life experiences of girl child soldiers impacts upon their health and rehabilitation needs. **Archives of disease in childhood**, v. 99, n. 5, p. 458-462, 2014.
- VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2016.
- VERHELLEN, E. **Convention on the rights of the child**, 3. Ed. Leuven: Garant, 2000. 193 p.
- WEBER, M. A. GUZZO, R. S. L. Respeito às crianças na educação infantil: Visão de pais e educadores. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 3, n. 2, p. 187-198, 2009.
- WERNER, Emmy E. Children and war: Risk, resilience, and recovery. **Development and psychopathology**, v. 24, n. 2, p. 553-558, 2012.
- WILLIAMSOM, John. *What Washington means by policy reform*. 1990. Disponível em: <http://www.iie.com/publications/papers/paper.cfm?researchid=486>. Acesso em: 26 de novembro de 2022.

SITES

- African Development Bank Group – ADBG (2020) - **Angola Economic Outlook**: <https://www.afdb.org/en/countries/southern-africa/angola/angola-economic-outlook>
- Agência Envolverde. Crianças aprisionadas no coração do levante. Disponível em: <<http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/criancas-aprisionadas-no-coracao-do-levante-2/>>. Acesso em: 01 de janeiro de 2023.
- Ana Cláudia Delfini C. de Oliveira, Laís Caroline Kuss e Jardel Sestrem. Save the children. Agenda de infância 2012-2015. Disponível em: <http://www.savethechildren.es/docs/Ficheros/465/Agenda_de_Infancia_2012-2015.pdf>. Acesso em: 05 de janeiro 2023.

Brasil. Decreto n. 3.413, de 14 de abril de 2000. Convenção da Haia sobre os aspectos civis do seqüestro internacional de crianças. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3413.htm>. Acesso em: 23 de dezembro de 2022.

DDR - Disarmament Demobilization and Reintegration.

Deutsche Welle. Tráfico de crianças é problema global. Disponível em: <<http://www.dw.de/dw/article/0,1036172,00.html>>. Acesso em: 23 de fevereiro 2023.

DOI:10.15355/epsj.1.1.25 ([Angola: Conflict and development, 1962-2002 \(researchgate.net\)](https://www.researchgate.net/publication/311111111))

Gilson Lázaro, «Violência e fragmentos da guerra em Angola», Revista Angolana de Sociologia, 11 | 2013, 143-146.

Gilson Lázaro, «Violência e fragmentos da guerra em Angola», Revista Angolana de Sociologia [Online], 11 | 2013, posto online no dia 09 dezembro 2013, consultado no dia 17 novembro 2022. URL: <http://journals.openedition.org/ras/392>; <https://doi.org/10.4000/ras.392>

Green, Andrew. Como devolver a infância às crianças-soldado. Disponível em: <<http://envolverde.com.br/noticias/como-devolver-a-infancia-as-criancas-soldado/>>. Acesso em: 30 de novembro de 2022.

Hartmann, Arturo. Oriente Médio: infância entre grades. Disponível em: <<http://ponto.outraspalavras.net/2011/10/25/infancia-entre-grades-criancas-palestinas-sao-alvo-de-tortura-detencoes-ilegais-em-israel/>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2023.

The DCI Movement. Disponível em: <<http://www.defenceforchildren.org/about-us.html>>. Acesso em: 30 de dezembro de 2022.

The Global Journal. Free the children. Disponível em: <<http://theglobaljournal.net/article/view/564/>>. Acesso em: 30 de dezembro de 2022.

The Global Journal. Friends international. Disponível em: <<http://theglobaljournal.net/article/view/557/>>. Acesso em: 30 de dezembro de 2022.

Unicef. Relatórios. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_9478.htm>. Acesso em: 02 de dezembro de 2022.

United Nations Children's Fund. Child recruitment by armed forces or armed groups. UNICEF, 2011. http://www.unicef.org/protection/57929_58007.html (accessed 6 de dezembro de 2022)

http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01835_PP-8384crianca.pdf

<http://memoriasangolanas.blogspot.com/search/label/Artigos%20e%20Resenhas>

https://au.int/sites/default/files/documents/39230-doc-180_negotiating_post-war_identities_child_soldiers_in_mozambique_and_angola.pdf

<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1285>

<https://doi.org/10.1080/01436597.2019.1612740>

https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2008.dissertacao_joao_pinto_2008.pdf

<https://investmentpolicy.unctad.org/investment-laws/laws/11/angola-investment-law>

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/chso.12609> IPC

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/34186/html>

<https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/17903/10714>

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/209640/ESTUDO%20SOBRE%20RELA%C3%87%C3%83O%20DA%20RENDA%20E%20POUPAN%C3%87A%20E%20MODELO%20ESTRAT%C3%89GICO%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20SOCIOECON%C3%94MICO%20DE%20ANGOLA-Manganda.pdf?sequence=1>

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/178828>

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/26587/3/Tipifica%C3%A7%C3%A3oCrian%C3%A7asSoldado.pdf>

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/192345/paiva_gaa_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/238753/guerra_me_me_ippri_int.pdf?sequence=3&isAllowed=y

<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/9393/1/20427668.pdf>

<https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1501198/FULLTEXT01.pdf>

<https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/publications/icrc-002-4082.pdf>

<https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/publications/icrc-002-4082.pdf>

<https://www.imf.org/external/NP/LOI/2000/ago/01/index.htm>

<https://www.imf.org/external/NP/LOI/2000/ago/01/index.htm>

<https://www.natgeo.pt/historia/2019/08/guerra-civil-de-angola-de-1975-aos-dias-de-hoje>

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/africas/article/view/9410>

<https://www.scielo.br/j/vb/a/qBLBGQV3NwfWtpTFtTxvtHL>

<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>

<https://www.usip.org/sites/default/files/missing-peace/The%20psychological%20impact%20of%20child%20soldiering%20-%20Schauer.pdf> (The psychological impact of child soldiering - Schauer.pdf (usip.org))

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/12/07/angola-s-economic-diversification-and-development-potential-are-inextricably-linked-to-climate-resilience>

Nobrega, Camila. Severn Suzuki, a menina que calou o mundo na Rio 92. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio20/severn-suzuki-menina-que-calou-mundo-na-rio-92-4638046>>. Acesso em: 01/05/2023.

Sande, Amose and Kvan (2013) Economic-Opportunity-Model-in-the-Angolan-Civil-War (<https://www.e-ir.info/2013/03/05/economic-opportunity-model-in-the-angolan-civil-war/>)

Situação mundial da infância 2003: participação infantil. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10341.htm>. Acesso em: 02/11/2022. .

Situação mundial da infância 2008: caderno Brasil. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/cadernobrasil2008.pdf>>. Acesso em: 02/11/2012.

Situação mundial da infância 2009 (edição especial): celebrando 20 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/sowc_20anosCDC.pdf>. Acesso em: 02 de janeiro de 2023.

UNCTAD (2019) - https://unctad.org/system/files/official-document/diaepcb2019d4_en.pdf

Veja. Caso Sean Goldman: garoto fala pela 1ª vez à TV nos EUA. Disponível em: [http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/caso-sean-goldman-garoto-fala-pela-1a-vez a-tv-americana](http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/caso-sean-goldman-garoto-fala-pela-1a-vez-a-tv-americana)>. Acesso em: 01 janeiro de 2023.

Volume 2016 | Article ID 5306756 | <https://doi.org/10.1155/2016/5306756>